REVISTA REDAÇÃO	06
PROFESSOR: Lucas Rocha	
DISCIPLINA: Redação	DATA: 16/02/2014

O risco do radicalismo (SÉRGIO PARDELLAS)

A morte do cinegrafista Santiago Andrade, fruto da inaceitável violência dos black blocs, revela o despreparo da polícia para lidar com extremistas e coloca o País diante do desafio de conter o vandalismo sem atentar contra liberdades democráticas

TRAGÉDIA ANUNCIADA - Na quinta-feira 6, os black blocs Fábio Raposo e Caio Silva acenderam e dispararam o rojão que atingiu e matou o cinegrafista Santiago Andrade

UM DOS principais militantes anarquistas do século XIX, Sergei Nechaev criou em 1869, em Moscou, o grupo terrorista Narodnaya Rasprava, que pregava a realização de atos de assassinato de grandes figuras políticas e práticas de terrorismo contra a burguesia e a imprensa com o objetivo de estimular insurreições populares. Exatamente um século depois, em dezembro de 1969, inspirados nas ideias de Nechaev, grupos terroristas da Itália, com a pretensão de desestabilizar a ordem política do pós-guerra, promoveram uma ação que ficou conhecida como o "Atentado à Piazza Fontana", detonando uma bomba que destruiu o Banco Nacional de Agricultura, em Milão, matou 16 pessoas inocentes e deixou outras 88 feridas.

Nada disso, afora a inspiração anarquista dos atos e o clamor popular que se seguiu às mortes na Itália, se assemelha ao que ocorreu há duas semanas no Rio de Janeiro. Na quinta-feira 6, o cinegrafista Santiago Ilídio Andrade, da TV Bandeirantes, que registrava o confronto entre manifestantes e policiais durante protesto contra o aumento da passagem de ônibus, no centro da cidade, foi atingido na cabeça por um rojão lançado por dois integrantes do grupo Black Bloc – linha de frente das manifestações que lançaram o Brasil, desde junho do ano passado, na maior convulsão social experimentada em décadas. Em consequência do ataque, Andrade sofreu afundamento do crânio e faleceu na segunda-feira 10.

Convém delimitar bem os dois episódios para não se cometer equívocos históricos que resultem em diagnósticos errados e embalem soluções políticas inapropriadas. O que se configurou na Itália em 1969 foi puro ato de terrorismo, no sentido preciso da palavra, porque sua intenção era a de provocar terror, morresse quem morresse, uma criança ou um

homem, jornalista ou político. No Rio, a situação foi outra. Na esteira das manifestações de junho passado, quando a sociedade tomou as ruas demonstrando um mal-estar difuso, vândalos e arruaceiros, muitos deles influenciados por ideais punks e anarquistas, como os black blocs, se apossaram dos movimentos e promoveram radicalismos inaceitáveis, criminosos, mas que, nem de longe, podem ser classificados como ações terroristas que ameaçam a ordem institucional do País. A democracia brasileira segue firme. Na última semana, porém, muitas vozes se levantaram no esforço de encontrar paralelo entre atos terroristas do passado e o que aconteceu na quinta-feira 6, ou seja: um vandalismo que culminou na morte trágica do cinegrafista. Ato contínuo a essa equivocada percepção, entabularam-se medidas que, se levadas adiante, nos fariam adentrar no pantanoso terreno da ameaça às liberdades democráticas. O desafio das autoridades, agora, é encontrar meios de conter e punir com rigor o vandalismo nas manifestações. Mas sem atentar contra as preciosas liberdades que o País tanto lutou para alcançar.

HOMENAGEM Na segunda-feira 10, jornalistas se reuniram na Candelária, no centro do Rio de Janeiro, para homenagear o cinegrafista Santiago Andrade

A indignação e a consternação provocadas pelas circunstâncias da morte de Santiago Andrade se transformaram no catalisador para aprovar às pressas, por exemplo, uma lei que será extremamente deletéria se mantido o seu atual texto, a chamada lei antiterrorismo. No Projeto de Lei 499/2013, em tramitação no Senado, com o apoio de setores do governo federal, do próprio PT e da oposição, as definições para o crime de terrorismo são as seguintes: "Provocar ou infundir terror ou pânico generalizado mediante ofensa ou tentativa de ofensa à vida, à integridade física ou à saúde ou à privação de liberdade da pessoa" e "Provocar ou infundir terror ou pânico generalizado mediante dano a bem ou serviço essencial". Ou seja, não seria preciso existir uma motivação. Bastaria provocar ou infundir terror ou pânico generalizado mediante ofensa ou dano, ou então sua tentativa. Não seria preciso também utilizar armas ou meios capazes de infligir dano real, tendo em vista o agravante estabelecido no parágrafo 2º, do artigo 2º, pois bastaria a existência da ofensa.

O ato terrorista, assim, estaria sujeito à livre interpretação, dependendo de quem analisasse o acontecimento e também de sua repercussão. "Criar um tipo de terrorismo, tal como se propõe, draconiano e genérico, não vai impedir que outros crimes sejam praticados. Mas pode servir para que vários atos políticos sejam suprimidos em nome do medo ou da tutela exacerbada, com tipos vagos e punições desproporcionais. Uma típica lei de exceção, enfim", afirmou Marcelo Semer, juiz de direito e ex-presidente da Associação Juízes para a Democracia.

O Brasil não precisa de leis de exceção. O próprio Código Penal vigente prevê punições para quem se reúne para cometer crimes, depredar bancos, lojas e o patrimônio público. Quando três ou mais pessoas se juntam para matar alguém, por exemplo, elas incorrem no crime de associação criminosa, cuja pena varia de um a três anos de reclusão. Já a depredação de instituições privadas é tipificada como dano ou como dano qualificado, quando envolve patrimônio público.

Nesses casos, a punição prevista é de seis meses a três anos de prisão. Para a advogada criminal Fernanda Tórtima, pelo texto do projeto de lei proposto, até mesmo uma briga de torcidas em estádio de futebol poderia ser considerada terrorismo. "Afinal, há um pânico generalizado e ofensa à integridade física de pessoas", diz ela. "O mínimo que se pode esperar é que o legislador identifique a motivação do suposto agente terrorista." A advogada considera ainda que a necessidade da tipificação do terrorismo como crime é questionável. "Criar um tipo penal de terrorismo num país como o Brasil, que não tem nenhuma tradição nesse tipo de crime?", questiona Fernanda Tórtima. Mesmo que o ataque ao cinegrafista da Bandeirantes fosse um ato terrorista, já haveria uma lei para enquadrá-los, a de Segurança Nacional, contemplada na Constituição de 1988 em seu artigo 20.

SALDO NEGATIVO

Os protestos que começaram em junho do ano passado resultaram em 11 mortes:

Belém
Em 21 de junho, durante protestos em Belém, a gari Cleonice Vieira de Moraes foi atingida por gás lacrimogêneo lançado pela Polícia Militar, enquanto trabalhava. Intoxicada pelo gás, passou mal e faleceu

Goiás
Valdinete Rodrigues Pereira, 40 anos, e Maria Aparecida, 62 anos, foram atropeladas em 24 de junho enquanto bloqueavam uma área de protesto em Cristalina (GO)

Piauí
Em 26 de junho, Paulo Patrick, 14 anos, morreu depois de ser atropelado por um táxi durante manifestação em Teresina

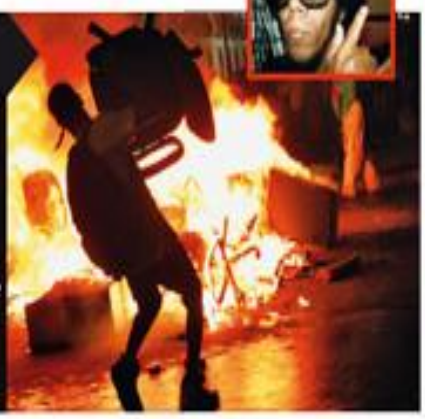
Minas Gerais
Luiz Felipe de Almeida caiu do viaduto José Alencar em 22 de junho, e morreu após ficar 19 dias internado. Durante um protesto, em 26 de junho, Douglas Henrique de Oliveira, 21 anos, caiu do mesmo viaduto e morreu

São Paulo
O estudante Marcos Delefrate, 18 anos, morreu atropelado por um carro. O veículo atravessou o bloqueio de manifestantes em Ribeirão Preto (SP) em 21 de junho

O marceneiro Igor Oliveira da Silva, 16 anos, foi atropelado por um caminhão que fugia de uma manifestação numa ciclovia no Guarujá (SP), em 26 de junho

Rio de Janeiro
Em 31 de julho, o ator Fernando da Silva Cândido morreu após inalar gás lançado pela polícia em protesto realizado no mês anterior

O vendedor ambulante Tasman Amaral Accioly foi atropelado por um ônibus na manifestação da quinta-feira 6 no Rio de Janeiro, a mesma em que o cinegrafista da Bandeirantes Santiago Andrade foi atingido pelo rojão que o matou



"O PROBLEMA É DA POLÍCIA BRASILEIRA"

José Mariano Beltrame, secretário de Segurança do Rio, interrompeu uma reunião com integrantes dos primeiros escalões estaduais, em Aracaju, para conceder, na quinta-feira 13, entrevista à ISTOÉ.

Eliane Lobato

ISTOÉ – *Por que a polícia não conseguiu conter a violência nos protestos realizados no Rio desde meados do ano passado?*
JOSÉ MARIANO BELTRAME – Em primeiro lugar, eu acho que o problema não é da polícia do Rio, é da polícia brasileira. E se olharmos manifestações num contexto internacional, também. Segundo aspecto: todo esse movimento que está acontecendo no País é muito novo para todos, para a imprensa, para a polícia, para a sociedade e estudiosos. Colocadas essas questões, a sociedade deve analisar que um movimento caótico, com lideranças confusas, com dezenas de reivindicações e atos múltiplos de vandalismo, sem dúvida tem momentos cinzentos com muita dificuldade para trabalhar de maneira protocolada.

ISTOÉ – *O que é preciso para as forças de segurança se prepararem para enfrentar os atos violentos durante os protestos? Há um modelo de polícia no combate a esses distúrbios?*
BELTRAME – Nós temos protocolos. O Batalhão de Choque é uma das unidades especiais da PM que mais treinam. Temos convênios internacionais com as polícias francesa e espanhola. A rotina inclui cursos específicos para controle de distúrbios civis e atuação em manifestações, como o de Controle de Distúrbios Civis e o de Operações de Choque. A tropa passa por treinamentos semanais, com atividades programadas de acordo com a escala de policiais.
ISTOÉ – *Ora a polícia militar é acusada de excesso de força contra manifestantes, ora é apontada omissão dos agentes diante de quebra-quebras. A polícia está procurando uma dosagem?*
BELTRAME – As manifestações existem e, possivelmente, vão continuar existindo. Agora, o que precisam ter é ordem e esse foi um movimento que fizemos aqui, ao levarmos ao Senado uma proposta de projeto de lei. Não foi apenas um movimento no sentido de aumentar pena, foi um movimento preventivo, diante da dimensão que isso assumiu e que pode assumir.
ISTOÉ – *O sr. está preocupado com possíveis incidentes durante a Copa do Mundo?*
BELTRAME – Nosso esforço será para que tais manifestações ocorram de maneira pacífica e ordeira, sem, contudo, prejudicar a realização do evento.

Caso o Congresso Nacional queira realmente tratar a questão com a seriedade devida, ele pode aprovar boas propostas já em tramitação, que enfrentam o problema sem atacar a ordem institucional. A principal delas foi encaminhada ao Senado pelo secretário de Segurança do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame. Na proposta estão contidos os elementos essenciais para disciplinar os protestos e punir com rigor quem deles se aproveita. O projeto de Beltrame sugere a proibição de porte de armas pelos manifestantes e objetos capazes de provocar lesões, assim como a utilização de máscaras ou qualquer forma de dificultar a identificação dos vândalos. Quem descumprir poderá ser detido enquanto o protesto ocorrer e ser responsabilizado civil e criminalmente.

De qualquer forma, se a polícia já tivesse cumprido seu papel, certamente a situação não teria chegado a esse ponto. Desde a eclosão das manifestações populares, em junho do ano passado, está claro que faltam preparo e uma política de prevenção e inteligência para identificar os extremistas. Para piorar, sobraram excessos e descontrole na hora de lidar com

os protestos. Um dado que ilustra bem esse comportamento revela que, desde o ano passado, 75,5% das agressões contra jornalistas em manifestações partiram da PM ou da Força Nacional de Segurança. A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) contabilizou até o momento 117 casos. Cobranças pelo recrudescimento da ação policial voltaram perigosamente à pauta nacional a partir da morte do cinegrafista, mas a história já cansou de mostrar que não é o melhor caminho a trilhar em situações como a atual. Episódios como a própria repressão aos primeiros manifestos de junho e casos como o atropelamento proposital por um policial de uma garota que participava de um protesto no último dia 25, nas proximidades da rua Augusta, em São Paulo, revelam que essas ações só contribuem para estimular novas insurreições, nunca para contê-las. A democracia dá um passo para trás cada vez que uma manifestação é coberta por violência – não importa de que lado venha. Um abuso jamais justifica outro, um retrocesso não apaga o anterior. É preciso levar em conta que, assim como a polícia vê o manifestante como inimigo, grande parte da população, especialmente as camadas mais pobres, enxerga o braço policial do Estado, que está na esquina da sua casa, como grande fonte de ameaça.

Acuados pelo MST

A fotografia ao lado ilustra a PM de Brasília completamente acuada diante da violência de manifestantes do MST. Na quinta-feira 13, 15 mil pessoas marcharam na capital federal, enquanto 250 homens faziam a segurança do Planalto. O tumulto deixou 32 feridos – 30 deles PMs.

Para saber lidar com os black blocs, primeiro é preciso decifrá-los. Quando a tática black bloc começou a ser utilizada nos protestos brasileiros, a polícia tinha pouco ou nenhum conhecimento sobre ela, mesmo que não se tratasse de um movimento novo. Grupos vestidos de preto, mascarados, de ideologia anarquista ou anarco-punk, que veem na violência e na depredação uma "forma legítima" de protesto, existem desde a década de 1980. Surgiram na Alemanha, no contexto da Guerra Fria. Mais recentemente, durante as manifestações do Occupy (EUA), da Primavera Árabe e dos protestos ligados à crise econômica na Europa (Grécia, Espanha, Reino Unido), os black blocs ganharam ainda mais visibilidade graças à organização de grupos na internet. Apesar disso, as autoridades brasileiras foram pegas de surpresa. Depois, faltou antever o próximo passo. "A reação da polícia é sempre inesperada, mas os protestos já têm quase um ano e, pelo menos, algumas coisas têm sido conversadas. Alguns procedimentos são mais discutidos para lidar com o problema. Eles (a polícia) sabem que estão sendo vistos, e podem ser muito criticados se agirem com excesso. Eles apanharam bastante também e já foram bastante criticados", afirma Bruno Paes Manso, economista, jornalista e pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da USP.

O profundo ressentimento contra as supostas injustiças do "sistema" e um certo senso de oportunidade para uma vendeta contra as forças policiais impulsionaram a radicalização da tática black bloc nas bordas das grandes cidades. A popularização desses grupos pode ser atribuída, ao menos em parte, à grande visibilidade dada pela mídia. "Coletivos" passaram a se organizar via redes sociais e ganharam mais adeptos, notoriamente adolescentes e jovens das periferias que viram no uso da violência uma forma de vingança contra o que eles consideram repressão estatal. Essa repressão inclui especialmente a violência policial. Não são raros os jovens black bloc que tiveram amigos ou conhecidos mortos em ações da polícia. Eles se ressentem das humilhações sofridas em abordagens e veem no protesto contra o "sistema" (governo, polícia, bancos e outras grandes empresas privadas) uma forma de devolver tudo isso. "A polícia precisa aprender a lidar com manifestação, não só black bloc, mas com tudo. Há um sentimento

acumulado. São chamados de fascistas, opressores. Esses meninos (do Black Bloc) tiveram experiências horríveis com a polícia. E, quando a gente tem alguma atuação policial definida como agressiva ou violenta, essa raiva aumenta e leva a mais violência ainda por parte do Black Bloc. É um círculo", alerta Esther Solano, professora de relações internacionais da Unifesp e pesquisadora do movimento Black Bloc.

Nos últimos dias deflagrou-se no País uma troca de acusações sobre os causadores da morte de Santiago: se a mídia, as redes sociais ou a polícia. Lamentavelmente, a tragédia não tem mais como ser reparada. Fica a dor da mulher, Arlita, e da filha Vanessa. Quais medidas serão tomadas de agora em diante? Para Adilson Paes de Souza, tenente-coronel da Polícia Militar de São Paulo e mestre em direitos humanos pela USP, autor do livro "O Guardião da Cidade – Reflexões sobre Casos de Violência Praticados por Policiais Militares", a sociedade e o Estado precisam analisar a questão a fundo e fazer um mea-culpa. "O fenômeno black bloc tem que ser entendido. Repressão por repressão, a polícia sabe fazer. Você adequa a conduta ao Código Penal e pronto. Mas é uma boa oportunidade de o Estado brasileiro como um todo fazer um mea-culpa. No que eu posso ter contribuído? Será que, ao não prover os direitos sociais básicos, eu deixei que houvesse uma lacuna?" É um bom debate. Dessa forma, é possível caminhar mais celeremente para a solução, evitando que novas mortes como a de Santiago Andrade aconteçam.

SÉRGIO PARDELLAS é Jornalista e escreve periodicamente para esta publicação. (sergiopardellas@istoe.com.br). **Revista ISTO É, Fevereiro de 2014.** Com reportagem de Lucas Bessel; colaboraram Michel Alecrim e Wilson Aquino

Quem herdará a Terra? (LUIZ FELIPE PONDÉ)

A SOCIEDADE secular moderna está condenada. E por quê? Por uma razão muito simples: as mulheres seculares (sem prática religiosa cotidiana) não querem ter filhos. Quando têm, têm um ou dois no máximo. A emancipação feminina tornou as mulheres inférteis por escolha. Estranho? Nem tanto, vejamos.

Quem herdará a Terra? Os religiosos fundamentalistas cristãos, judeus e muçulmanos. Suas mulheres têm muitos filhos, e as nossas não. Para as nossas mulheres, filhos só depois dos 35, depois da pós, com maternagem terceirizada caríssima. O individualismo moderno nos deixou a todos estéreis e histéricos. Não, não estou criticando a vida secular nem defendendo a vida religiosa radical. Parafraseando o dito popular, "não é política, imbecil, é demografia".

Nós, seculares, que em grande parte temos simpatia pela teoria evolucionista, esquecemos que seleção natural é demografia. Podemos ter muitas ideias de como o mundo deve ser, mas os fundamentalistas têm mais bebês. E quem decide no final das contas é a população de bebês. Mulheres férteis implicam civilização poderosa. Essa é a hipótese do livro escrito pelo canadense Eric Kaufmann, professor de política da Universidade de Londres.

Claro que os "progressistas" o criticam e acusam a ideia de ser propaganda fundamentalista - como é comum em nosso mundo em que a inteligência cedeu lugar às políticas da difamação. As suspeitas de que riquezas e conforto (causas culturais e econômicas, e não biológicas) diminuem a fertilidade feminina estão presentes desde a Grécia e Roma (Cícero já falava disso). Adam Smith, no século 18, chamava a atenção para o fato de que o "luxo e a moda" tornam o sexo frágil desinteressado na maternidade. Já por volta do ano 300 da Era Cristã, os cristãos somavam 6 milhões, enquanto no ano 40 eles eram uns poucos hereges coitados. Logo conquistaram o Império Romano. E não só por conta das mulheres romanas serem vaidosas, ricas e interessadas em sexo, mas não em filhos (exatamente como as nossas). Os homens pagãos eram mais violentos e menos atentos a mulheres e filhos enquanto os cristãos eram do tipo família.

O fator fertilidade não é o único, claro, mas é um fator que em nossos debates inteligentinhos não tem sido levado em conta com a devida reverência. Enquanto as mulheres seculares hoje têm cerca de 0,5 filho por mulher pronta para maternidade (a partir dos 15 anos), as religiosas (no caso aqui específico de grupos como evangélicos fundamentalistas, amish, menonitas, huteritas e judeus haredi ou ortodoxos) variam de 2,1 a 2,4.

No caso do Estado de Israel, por exemplo, a cada três crianças matriculadas no jardim da infância, uma é haredi. Depois do Holocausto, os haredi eram uma população quase insignificante. Em países do leste do mundo, como Japão, Coreia do Sul, Cingapura, Austrália e Nova Zelândia, o quadro é muito próximo do Ocidente moderno. A medicina, o saneamento, a tecnologia e Estados mais organizados diminuíram a mortalidade tanto das parturientes quanto das crianças. O efeito imediato foi o crescimento populacional na geração dos "baby boomers". Mas, já no final dos anos 60, as mulheres americanas, canadenses e europeias ocidentais começavam e declinar em fertilidade.

Por quê? A causa são os "valores" seculares. Nós investimos na vida aqui e agora e na realização de desejos imediatos. E, para piorar, as universidades ficam publicando pesquisas dizendo que casais sem filhos são mais felizes. Além de não termos filhos, ainda fazemos passeatas para matá-los no ventre das mães com ares de "direitos humanos". Família cansa, filho dá trabalho, custa caro, dura muito. Os seculares escolhem não ter filhos, os religiosos escolhem tê-los.

Mas não é só a fertilidade que coloca os religiosos em vantagem. Os grupos mais fechados detêm uma alta retenção da sua prole: colégios comunitários, shoppings, redes sociais, colônias de férias, casamentos endógenos, calendários festivos, baladinhas de Jesus (ou similares). Sempre juntos. Enfim, a pílula vai destruir a civilização que a criou. Risadas?

LUIZ FELIPE PONDÉ é filósofo, escritor e ensaísta, doutor pela USP, pós-doutorado em epistemologia pela Universidade de Tel Aviv, professor da PUC-SP e da Faap, discute temas como comportamento contemporâneo, religião, niilismo, ciência. Autor de vários títulos, entre eles, 'Contra um mundo melhor' (Ed. LeYa). **ponde.folha@uol.com.br**. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2014.**

Profusão de estímulos (ROSELY SAYÃO)

AUMENTA o número de adultos que não consegue focar sua atenção em uma única coisa por muito tempo. São tantos os estímulos e tanta a pressão para que o entorno seja completamente desvendado que aprendemos a ver e/ou fazer várias coisas ao mesmo tempo. Nós nos tornamos, à semelhança dos computadores, pessoas multitarefa, não é verdade?

Vamos tomar como exemplo uma pessoa dirigindo. Ela precisa estar atenta aos veículos que vêm atrás, ao lado e à frente, à velocidade média dos carros por onde trafega, às orientações do GPS ou de programas que sinalizam o trânsito em tempo real, às informações de alguma emissora de rádio que comenta o trânsito, ao planejamento mental feito e refeito várias vezes do trajeto que deve fazer para chegar ao seu destino, aos semáforos, faixas de pedestres etc.

Quando me vejo em tal situação, eu me lembro que dirigir, após um dia de intenso trabalho no retorno para casa, já foi uma atividade prazerosa e desestressante. O uso da internet ajudou a transformar nossa maneira de olhar para o mundo. Não mais observamos os detalhes, por causa de nossa ganância em relação a novas e diferentes informações. Quantas vezes sentei em frente ao computador para buscar textos sobre um tema e, de repente, me dei conta de que estava em temas que em nada se relacionavam com meu tema primeiro.

Aliás, a leitura também sofreu transformações pelo nosso costume de ler na internet. Sofremos de uma tentação permanente de pular palavras e frases inteiras, apenas para irmos direto ao ponto. O problema é que alguns textos exigem a leitura atenta de palavra por palavra, de frase por frase, para que faça sentido. Aliás, não é a combinação e a sucessão das palavras que dá sentido e beleza a um texto?

Se está difícil para nós, adultos, focar nossa atenção, imagine, caro leitor, para as crianças. Elas já nasceram neste mundo de profusão de estímulos de todos os tipos; elas são exigidas, desde o início da vida, a dar conta de várias coisas ao mesmo tempo; elas são estimuladas com diferentes objetos, sons, imagens etc. Aí, um belo dia elas vão para a escola. Professores e pais, a partir de então, querem que as crianças prestem atenção em uma única coisa por muito tempo. E quando elas não conseguem, reclamamos, levamos ao médico, arriscamos hipóteses de que sejam portadoras de síndromes que exigem tratamento etc.

A maioria dessas crianças sabe focar sua atenção, sim. Elas já sabem usar programas complexos em seus aparelhos eletrônicos, brincam com jogos desafiantes que exigem atenção constante aos detalhes e, se deixarmos, passam horas em uma única atividade de que gostam. Mas, nos estudos, queremos que elas prestem atenção no que é preciso, e não no que gostam. E isso, caro leitor, exige a árdua aprendizagem da autodisciplina. Que leva tempo é bom lembrar. As crianças precisam de nós, pais e professores, para começar a aprender isso. Aliás, boa parte desse trabalho é nosso, e não delas.

Não basta mandarmos que elas prestem atenção: isso de nada as ajuda. O que pode ajudar, por exemplo, é analisarmos o contexto em que estão quando precisam focar a atenção e organizá-lo para que seja favorável a tal exigência. E é preciso lembrar que não se pode esperar toda a atenção delas por muito tempo: o ensino desse quesito no mundo de hoje é um processo lento e gradual.

ROSELY SAYÃO é psicóloga e consultora em educação, fala sobre as principais dificuldades vividas pela família e pela escola no ato de educar e dialoga sobre o dia-a-dia dessa relação. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2014.**

Amor de máquina (CONTARDO CALLIGARIS)

COMO seriam nossas relações com uma máquina que fosse capaz de crescer, evoluir, aprender igual a um ser humano? E essa máquina, que talvez se tornasse autônoma, como ela se relacionaria conosco? Uso uma distinção famosa, entre apocalípticos e integrados, feita por Umberto Eco em 1965. Os apocalípticos achariam que, se as máquinas se tornassem autônomas, elas planejariam o fim da humanidade: numa revanche parricida contra seu criador, elas seriam exterminadoras do futuro.

Os integrados pensariam que máquinas autônomas serão nossos companheiros e companheiras ideais, numa nova era em que nunca nos faltarão amigos. Não sou nem apocalíptico nem integrado. Mais próximo do "Blade Runner, O Caçador de Androides", de Ridley Scott, acho que os robôs quase humanos são igualmente inquietantes e adoráveis. Enfim, estreia amanhã "Ela", de Spike Jonze. É a história de um escritor profissional de cartas de amor (Joaquin Phoenix), o qual se relaciona amorosamente com um sistema operacional, que lhe faz companhia, organiza sua vida, interessa-se realmente por ele e fala com a voz encantadora de Scarlett Johansson.

Assisti ao filme com uma amiga, e ambos o achamos maravilhoso e comovente. Para minha amiga (mais apocalíptica), a moral da história é que a tecnologia parece nos conectar, mas nos separa: o protagonista mal enxerga a amiga (real) que mora no apê ao lado (e que, aliás, também se apaixona por um sistema operacional). Os argumentos de minha amiga se pareciam com os do último livro de Sherry Turkle, que foi apóstola das novas tecnologias e se tornou apocalíptica, "Alone Together" (juntos e sozinhos, Basic Books).

Há ideias de Turkle com as quais concordo. Primeiro, sua cruzada pedagógica para que a gente aprenda desde cedo a ficar sozinho: "Quem não aprende a ficar sozinho só saberá se sentir abandonado". Ou, então, a ideia de que a tecnologia nos seduz porque responde a nossas fraquezas. Por exemplo, a gente não gosta de estar sozinho, mas tem medo da intimidade: a tecnologia nos dá a ilusão da companhia sem as exigências excessivas da amizade. Por isso, o sucesso dos amores virtuais, das paixões de chat, do sexo na webcam. Nessa direção, pensa Turkle, quem sabe um dia os robôs sejam os companheiros de nossos sonhos.

O problema com as considerações de Turkle é a suposição nostálgica de que, no passado, tudo estivesse melhor. Por exemplo, os amores virtuais seriam tristes substitutos dos amores reais. Mas será mesmo que, até aqui, nós vivíamos extraordinários amores "reais"? Claro, a pele e o toque têm seu charme. Mas, fora isso, quem diz que as relações virtuais são menos complexas, menos autênticas e menos sinceras do que as reais?

Explique isso ao protagonista de "Ela", que ganha a vida escrevendo cartas falsas para amores "reais". No gigantesco baile de máscaras das relações amorosas, é difícil fazer a diferença entre parceiros que se falam e parceiros que se teclam -- e mesmo entre homens e máquinas. A nostalgia apocalíptica leva Turkle (e muitos outros) a enxergar o mundo por um filtro de evidências enganosas. Olhe ao seu redor, no metrô: todo o mundo "textando" e ninguém se falando. Mas, meu amigo, no metrô ninguém nunca se falou, a não ser para pedir esmola ou para assaltar.

De onde vem a ideia de que seríamos hoje conectados e solitários, casados mais com nossos smartphones do que com a pessoa sentada na nossa frente? Pois é, ela vem da nostalgia dos apocalípticos. A pesquisa diz diferente. O sociólogo Keith Hampton estuda há tempos a interação social nos espaços públicos (http://migre.me/hOAEd e, no "NYT",

http://migre.me/hOAIi). Ele compara extensos registros filmados de lugares públicos dos EUA. Qual é a grande mudança dos últimos 30 anos? É que há mais mulheres que se aventuram a circular sozinhas. E o smartphone? Pois é, nos espaços com wi-fi público, quase ninguém que esteja num grupo prefere se conectar a conversar -só aparecem manipulando seu "phone" os que estão sozinhos. E são poucos, 7%.

E eu, o que eu pensei saindo do cinema? Pensei que "Ela" é a história alegre e triste de um amor que dava certo ou não - como a maioria dos amores, que esbarram na nossa burrice neurótica. Nada prova que a amiga do apê ao lado seja uma companheira melhor do que o sistema operacional. As máquinas, em tese, deveriam ser menos neuróticas que a gente, embora, infelizmente, elas aprendam a ser humanas nos imitando.

CONTARDO CALLIGARIS, italiano, é psicanalista, doutor em psicologia clínica e escritor. Ensinou Estudos Culturais na New School de NY e foi professor de antropologia médica na Universidade da Califórnia em Berkeley. Reflete sobre cultura, modernidade e as aventuras do espírito contemporâneo (patológicas e ordinárias). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2014.**

Sheherazade e a vítima que faltava (MALU FONTES)

NA SEMANA que começou com as labaredas da polêmica na imprensa chamuscando a musa da bancada do jornalismo do SBT, Rachel Sheherazade, por defender sem meias- palavras a tese de que o povo brasileiro deve enfrentar a violência fazendo justiça com as próprias mãos, foi também a violência que a removeu da boca principal da cena e capturou todas as manchetes nacionais e até internacionais.

As cenas do corpo ferido do cinegrafista da rede Band de TV, Santiago Ilídio Andrade, estendido no chão de uma praça, Rio de Janeiro, com a cabeça em chamas e perda de parte de uma orelha, seguidas do anúncio da morte cerebral, ontem, inauguraram uma proporção nova na cobertura da violência dos protestos que vêm acontecendo no Brasil desde junho passado. A morte de Santiago representa a vítima que faltava para a cobertura de protestos nunca mais ser a mesma.

Sim, jornalistas já tiveram caras e olhos estraçalhados por balas de borracha e pancadas de policiais – o que levou à mudança de tom da cobertura dos protestos por parte da imprensa, que deixou de pedir ação enérgica, como aconteceu no primeiro dia de manifestações de junho, em São Paulo -, manifestantes já morreram caindo de viadutos fugindo da polícia e milhares de incidentes já foram registrados. Dessa vez, no entanto, dois elementos potencializaram e diferenciaram os tons da cobertura: o primeiro: houve a morte de um jornalista que estava trabalhando na cobertura dos protestos.

Não, não são diferentes um cidadão e um jornalista que morre em virtude de um rojão que explode sua cabeça num protesto de rua. Não é diferente e não deveria ser. Mas, sejam realistas: o fato de se tratar de um cinegrafista de uma emissora de TV, que não estava nem para protestar nem tampouco para bater em policiais ou manifestantes, mas para fazer seu trabalho, potencializa, e muito, o andar da carruagem. Seja no que diz respeito à agilidade de busca dos culpados, com a contribuição da própria imprensa, que tem o poder quase onipotente de reunir em tempo recorde imagens capturadas por fotógrafos e cinegrafistas do mundo inteiro que cobriam episódio, seja no sentido de encurralar a polícia em busca de um desfecho rápido e da punição. Se o nome disso é corporativismo, atire a primeira pedra o grupo profissional que não faria o mesmo.

O outro elemento potencializador da cobertura do episódio é novo e busca, de uma vez só, tanto desmontar a tese auto-reivindicada pelos black blocs, de que são apartidários, quanto jogar uma pá de cal na imagem do deputado estadual carioca Marcelo Freixo (PSOL), o nome e rosto hoje mais queridinho pela esquerda e intelectuais do Rio, num tempo em que os partidos tradicionais, em véspera de eleição, estão quase todos com seus nomes num esquife, de tantos problemas que o Rio vive. Aí, aparece uma mocinha de passeata, versão Nelson Rodrigues para 2014, cheia de si e xingando todo mundo, que ligou para o advogado do primeiro preso acusado de coautoria na morte de Santiago Andrade, identificou-se como Sininho/Cininho (a TV a grafou com C e os impressos e on line com S) e, dizendo falar em nome de Freixo, ofereceu advogados e anunciou que o responsável pelo lançamento do rojão é ligado ao parlamentar. Como dizem os comentaristas políticos, pronto: eleitoralizaram a morte do cinegrafista.

Até Freixo provar que urubu não é meu louro está no sal. Vai sobrar também para a imprensa, que, além de ver um dos seus com a cabeça explodida por rojão, será chamada de PIG, por divulgar as coisas que Sininho disse, como se alguém as tivesse inventado. Sai de cena Rachel e entram dois black blocs, Sininho e Freixo. Mesmo que esse último o faça à sua revelia.

MALU FONTES é Doutora em Cultura pela UFBA, jornalista e professora de Jornalismo da mesma Universidade. **Jornal CORREIO, Fevereiro de 2014.**

Há sexo casual para as mulheres? (MIRIAN GOLDENBERG)

As mulheres estão mais livres sexualmente, mas sofrem quando suas expectativas românticas são frustradas

UMA pesquisa publicada na **Folha** revelou que 51% dos homens e 56% das mulheres brasileiras estão infelizes com a vida sexual. A pesquisa mostrou ainda que 24% dos homens e 40% das mulheres são contra o sexo casual. Outra pesquisa,

realizada nos EUA, mostrou que as mulheres são menos propensas a ter orgasmos no sexo casual: 74% afirmaram ter orgasmos em um relacionamento sério, mas apenas 42% disseram chegar ao orgasmo no sexo casual. Já 80% dos homens afirmaram ter orgasmo no sexo casual.

Uma das explicações para esta disparidade seria o fato de os homens se preocuparem muito menos em satisfazer os desejos femininos quando o sexo é casual. Outra razão seria a dificuldade feminina de falar sobre seus desejos sexuais. Elas se sentiriam inseguras para revelar suas vontades em uma relação sem compromisso. Acredito que a principal razão é a diferença de expectativas entre os gêneros. Muitas mulheres, mesmo as mais modernas, continuam esperando o telefonema deles no dia seguinte, mostrando que o sexo, para elas, não é tão casual assim.

Uma professora de 32 anos contou: "Conheci um rapaz em uma festa e tivemos uma noite deliciosa. Ele não ligou no dia seguinte nem na semana seguinte nem no mês seguinte. Até hoje sofro, sem saber por que ele sumiu. Como pode ter sido tão importante para mim e não ter tido significado para ele? Não consigo entender a lógica masculina". É um verdadeiro paradoxo: as mulheres estão mais livres sexualmente, tendo mais parceiros, buscando o próprio prazer. No entanto, elas continuam sofrendo e se sentindo rejeitadas quando suas expectativas românticas são frustradas. O fato de serem mais livres não significa que elas perderam o desejo de serem especiais.

Uma jornalista de 45 anos disse: "Já transei com muitos homens, mas não consigo entender quando um cara some sem explicação. Me sinto rejeitada, sem saber onde errei. Por mais livre que eu seja, fico com a expectativa de que ele perceba que não foi só uma transa como outra qualquer, que foi algo diferente". Será que o sexo casual só funciona para os homens?

MIRIAN GOLDENBERG é antropóloga, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro e autora de "A Bela Velhice" (Ed. Record) **www.miriangoldenberg.com.br**. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2014.**

Jovem, poderosa e vítima de AVC (CRISTIANE SEGATTO)

Uma história de ambição e as novas recomendações de prevenção de derrames em mulheres

EM 2010, conheci uma moça cheia de ambições. A engenheira Fernanda Tescarollo queria voltar a lavar o rosto com as duas mãos. Queria ser capaz de imitar o Cristo Redentor, com os braços bem abertos, para corresponder a um abraço.

Paulistana, mas apaixonada pelo Rio de Janeiro, queria se equilibrar sobre o salto alto e voltar a sambar na quadra da Mangueira. Exatamente como fazia até 2008, quando um acidente vascular cerebral (AVC) a obrigou a parar tudo e rever tudo. "Se você não aprende a parar, a vida te para", dizia.

Fernanda, 36 anos, faz parte de um grupo pouco conhecido de vítimas do AVC: o das mulheres jovens. Perfeccionista, independente, duas vezes divorciada, Fernanda progrediu rápido na carreira. Era um exemplo da atual geração de profissionais aparentemente superpoderosas. Trabalhava numa multinacional e vivia um período de forte pressão. Aos 31 anos, no auge da produtividade, sofreu um derrame.

Há poucos dias, a Associação Americana do Coração divulgou nos Estados Unidos diretrizes específicas para o sexo feminino com o objetivo de prevenir derrames. É a primeira vez que faz isso. Antes tarde do que nunca. Bem que o Brasil poderia se inspirar e lançar um alerta oficial claro e contundente.

As doenças cardiovasculares (o AVC é uma delas) são a principal causa de morte no Brasil e no mundo. Quando não mata, um derrame pode deixar graves sequelas. Ele afeta homens e mulheres, mas alguns fatores de risco são mais comuns no sexo feminino ou ocorrem apenas em mulheres. Os principais:

O SALTO DOS SONHOS - Fernanda, vítima jovem de um AVC, com o sapato que sonhava calçar em 2010 para ir à quadra da Mangueira. Ela ainda não samba, mas já consegue se equilibrar sobre um saltinho baixo (Foto: é Renato Stockler/ Editora Globo)

PÍLULA ANTICONCEPCIONAL

Muitas mulheres (ou adolescentes) começam a tomar pílula por conta própria. É um erro que pode ser fatal. Antes de adotar um contraceptivo oral, é fundamental saber a quantas anda a pressão arterial e se há casos de trombose na família. Os hormônios aumentam a capacidade de coagulação do sangue. O mesmo pode ocorrer quando a mulher faz reposição hormonal na menopausa. Quem toma pílula ou faz reposição hormonal está mais sujeita a sofrer de trombose (formação de coágulos no interior de um vaso sanguíneo). A trombose pode levar ao AVC. Na maioria dos casos, as moças que sofrem um AVC não sabiam que tinham predisposição genética à trombose.

PÍLULA E CIGARRO

Péssima combinação. Ela eleva em oito vezes o risco de AVC. O sangue dos fumantes torna-se mais propenso à formação de coágulos e a nicotina também enrijece as artérias que irrigam o cérebro. A mensagem é clara: mulheres que fumam não devem tomar pílula. Quantas sabem disso? Fumar contribui para um a cada cinco derrames nos Estados Unidos, segundo o Centro de Controle de Doenças (CDC). Aqui, o depoimento em vídeo de uma fumante que sofreu um derrame.

ENXAQUECA

É três vezes mais comum nas mulheres. É um fator de risco para o AVC, principalmente quando ocorrem dormência e sintomas visuais (chamados de "aura"). Quando a paciente apresenta vários fatores de risco, a situação é ainda mais preocupante. Nas mulheres que têm enxaqueca, fumam e tomam pílula, o risco de AVC é 22 vezes mais elevado.

HIPERTENSÃO

É a principal causa de AVC em homens e mulheres de qualquer idade. Uma das melhores formas de preveni-la é reduzir o sal na alimentação. Segundo uma pesquisa da Universidade da Califórnia, um esforço nacional que resultasse na redução diária de apenas 3 gramas de sal seria capaz de evitar no mínimo 60 mil derrames por ano. No Brasil, onde as pessoas se alimentam cada vez pior e fazem pouca atividade física, o número de casos de hipertensão e AVC tende a aumentar. Inclusive, entre os jovens.

GRAVIDEZ

A maternidade torna a mulher mais suscetível ao AVC – ainda que ele não seja comum. Durante a gestação, a quantidade de sangue no organismo aumenta alguns litros. O risco de derrame aumenta no último trimestre de gestação e logo após o parto. A maior preocupação é a pré-eclâmpsia, um problema caracterizado pela elevação drástica da pressão arterial. Ele ocorre em 5% das gestantes. A pré-eclâmpsia dobra o risco de AVC e eleva em quatro vezes o risco de hipertensão depois da gravidez. Mulheres hipertensas devem passar por rigoroso acompanhamento médico antes, durante e depois da gravidez. Existem medicações capazes de reduzir o risco de AVC.

Quando conheci Fernanda, ela se dedicava com disciplina à fisioterapia. Estava pronta para estrear um carro novo, adaptado para pessoas que dirigem apenas com a mão direita. Quase quatro anos depois, ela comemora lentos e importantes progressos. Ganhou independência, graças a um carro automático, equipado com um pomo no volante. É uma bolinha que ajuda o motorista nas manobras. Dirige normalmente na cidade e em estradas. É xingada constantemente pelos motoristas impacientes – apesar do adesivo de deficiente colado no vidro traseiro. "Ninguém respeita", diz.

Fernanda releva a chateação. Tem mais o que fazer. Persiste na luta por movimentos mais amplos e independentes. Há dois anos, fez uma cirurgia na perna esquerda. O objetivo foi alongar o tendão da perna paralisada desde o AVC. Caminha melhor, sobe e desce escadas e até consegue dar pequenos trotes na esteira ergométrica. Ainda não consegue usar o salto agulha da foto desta página, mas já se equilibra sobre um salto quadrado, de 5 centímetros. Não será neste Carnaval que Fernanda estará de volta à quadra da Mangueira, mas há 15 dias dançou com o pai uma baladinha dos anos 50 na formatura da irmã. Na volta da última licença-médica, Fernanda foi demitida da empresa em que trabalhava quando sofreu o AVC. Os novos planos profissionais incluem a abertura de uma loja de roupas de ginástica e de camisolas sexy para gordinhas. Ela não abre os braços como o Cristo Redentor, mas abraça Flávio, o novo namorado, por baixo do ombro. A mão esquerda continua fechada, mas o gesto carinhoso é completo. O casal se conheceu pelo Tinder, o aplicativo criado para quem busca um novo relacionamento amoroso. Passou um mês conversando pela rede antes de se conhecer pessoalmente.

Fernanda decidiu contar sobre as sequelas do AVC antes do primeiro encontro. Mandou a reportagem de ÉPOCA e o vídeo com o depoimento dela e de outras jovens que sofreram AVC. "Se você quiser mesmo entender a minha história, acesse esses links", disse a Flávio. O rapaz leu e viu com interesse. "Ele acha que sou uma guerreira", afirma Fernanda. "Diz que gosta de mim do jeito que sou: gordinha, com o braço tortinho, com a mão fechada, mas lutando sempre". Felicidades ao casal. Força na recuperação, Fernanda!

CRISTIANE SEGATTO é Repórter especial, faz parte da equipe de ÉPOCA desde o lançamento da revista, em 1998. Escreve sobre medicina há 17 anos e ganhou mais de 10 prêmios nacionais e internacionais de jornalismo. **Revista ÉPOCA, Junho de 2013.**

O ASSUNTO DE HOJE: VIOLÊNCIA E DIREITOS HUMANOS

A volta do Pelourinho (IVAN VALENTE)

A FOTO de um adolescente negro, deixado nu, sangrando após golpes de capacete e amarrado a um poste por uma trava de bicicleta correu o mundo. Ressuscitou-se o Pelourinho 125 anos após "o fim da escravidão", para regozijo de quem sempre está pronto para empinar o chicote e fazer justiça com as próprias mãos. Como se essa violência não gerasse mais violência e insegurança, em nome da segurança. Querem substituir o Estado pela barbárie.

Diante da gravidade do fato, em vez de negar a barbárie, a jornalista Rachel Sheherazade, no jornal do SBT, em horário nobre, não só achou justificável a ação dos 30 justiceiros, como estimulou a atitude do que ela chamou de "vingadores". Ou seja, milícias, gangues e bandos que operam à margem da lei. O que é isso senão apologia ao crime, à tortura, ao linchamento, ao justiçamento? Em seu editorial, em busca de audiência e navegando no senso comum e no desespero da população com a violência, a âncora conseguiu violar a Constituição, o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), todas as convenções de defesa dos direitos humanos, o código de ética dos jornalistas brasileiros, o Código Penal e o Código Brasileiro de Telecomunicações e ainda debochou: quem se apiedou do "marginalzinho" que adote um "bandido".

Por isso representamos a jornalista e o SBT junto ao Ministério Público Federal e Estadual (SP). O SBT afirmou que não se responsabiliza pelas declarações de seus âncoras, já de olho nas consequências legais. A jornalista afirmou que as críticas representavam censura. Refugiam-se covardemente na liberdade de imprensa e de opinião, mas sabem que as leis não amparam apologia ao crime, à tortura e ao linchamento. Por outro lado, o SBT sabe que rádio e TV operam por meio de outorgas concedidas pelo Ministério das Comunicações e aval do Congresso Nacional. Não é mera propriedade privada, como querem que acreditemos. A emissora tem sim responsabilidade sobre o que apresenta e o Ministério das Comunicações e o Congresso Nacional não podem se omitir em exercer sua prerrogativa de fiscalizar as concessionárias.

Na Alemanha de Hitler, muito antes da guerra, os nazistas formaram grupos paramilitares, milícias aterrorizadoras (os Freikorps) que massacravam "inimigos" (judeus, comunistas, minorias), detonaram o monopólio da força pelo Estado e levaram o ditador ao poder. E deu no que deu. Aqui, o inimigo dos Freikorps do bairro do Flamengo são os jovens, negros e pobres, infratores ou não. Negam o Estado democrático de Direito e pretendem, com a criação de força paralela, com tortura e eliminação física, enfrentar a delinquência esquecendo o sistema que a gera. As históricas desigualdades e injustiças não podem ser resolvidas pela barbárie, mas pelo acolhimento do Estado.

Defendemos a total liberdade de opinião. Mas, é um retrocesso entender que incitação ao crime está resguardada pela liberdade de expressão. O compromisso constitucional brasileiro é com a construção de uma sociedade fraterna, justa e solidária. Nosso país não precisa de milícias ou grupos de extermínio. O que precisamos é de mais educação, política social, segurança pública, distribuição de renda e igualdade de direitos. Única maneira de se conseguir a paz.

IVAN VALENTE, 67, é deputado federal por São Paulo e líder da bancada do PSOL na Câmara. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2014.**

O ASSUNTO DE HOJE: VIOLÊNCIA E DIREITOS HUMANOS

Ordem ou barbárie? (RACHEL SHEHERAZADE)

O FENÔMENO da violência é tão antigo quanto o ser humano. Desde sua criação (ou surgimento, dependendo do ponto de vista), o homem sempre esteve dividido entre razão e instinto, paz e guerra, bem e mal. Há quem tente explicar a violência, a opção pela criminalidade, como consequência da pobreza, da falta de oportunidades: o homem fruto de seu meio. Sem poder fazer as próprias escolhas, destituído de livre-arbítrio, o indivíduo seria condenado por sua origem humilde à condição de bandido. Mas acaso a virtude é monopólio de ricos e remediados? Creio que não.

Na propaganda institucional, a pobreza no Brasil diminuiu, o poder de compra está em alta, o desemprego praticamente desapareceu... Mas, se a violência tem relação direta com a pobreza, como explicar que a criminalidade tenha crescido em igual ou maior proporção que a renda do brasileiro? Criminalidade e pobreza não andam necessariamente de mãos dadas. Na semana passada, a violência (ou a falta de segurança) voltou ao centro dos debates. O flagrante de um jovem criminoso nu, preso a um poste por um grupo de justiceiros deu início a um turbilhão de comentários polêmicos. Em meu espaço de opinião no jornal "SBT Brasil", afirmei compreender (e não aceitar, que fique bem claro!) a atitude desesperada dos justiceiros do Rio.

Embora não respalde a violência, a legislação brasileira autoriza qualquer cidadão a prender outro em flagrante delito. Trata-se do artigo 301 do Código de Processo Penal. Além disso, o Direito ratifica a legítima defesa no artigo 23 do Código Penal. Não é de hoje que o cidadão se sente desassistido pelo Estado e vulnerável à ação de bandidos. Sobra dinheiro para Cuba, para a Copa, mas faltam recursos para a saúde, a educação e, principalmente, para a segurança. Nos últimos anos, disparou o número de homicídios, roubos, sequestros, estupros... Estamos entre os 20 países mais violentos do planeta. E, apesar das estatísticas, em matéria de ações de segurança pública, estamos praticamente inertes e, pior: na contramão do bom senso!

Depois de desarmar os cidadãos (contrariando o plebiscito do desarmamento) e deixá-los à mercê dos criminosos, a nova estratégia do governo, por meio do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, é neutralizar a polícia, abolindo os autos de resistência. Na prática, o policial terá que responder criminalmente por toda morte ocorrida em confronto com bandidos. Em outras palavras, é desestimular qualquer reação contra o crime. Ou será que a polícia ousará enfrentar o poder de fogo do PCC (Primeiro Comando da Capital) ou do CV (Comando Vermelho) munida apenas de apitos e cassetetes?

Outra aliada da violência nossa de cada dia é a legislação penal: filha do "coitadismo" e mãe permissiva para toda sorte de criminosos. Presos em flagrante ou criminosos confessos saem da delegacia pela porta da frente e respondem em liberdade até a última instância. No Brasil de valores esquizofrênicos, pode-se matar um cidadão e sair impune. Mas a lei não perdoa quem destrói um ninho de papagaio. É cadeia na certa!

O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Estatuto da Impunidade, está sempre à serviço do menor infrator, que também encontra guarida nas asas dos direitos humanos e suas legiões de ONGs piedosas. No Brasil às avessas, o bandido é sempre vítima da sociedade. E nós não passamos de cruéis algozes desses infelizes. Quando falta sensatez ao Estado é que ganham força outros paradoxos. Como jovens acuados pela violência que tomam para si o papel da polícia e o dever da Justiça. Um péssimo sinal de descontrole social. É na ausência de ordem que a barbárie se torna lei.

RACHEL SHEHERAZADE, 40, jornalista pela Universidade Federal da Paraíba, é âncora do telejornal "SBT Brasil". **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2014.**

Calma, gente! (BARBARA GANCIA)

CALMA, gente! Antes de amarrar mais alguém ao poste, vamos respirar fundo e tentar usar a cabeça?

Não tem aroma de corvo queimado o governador Sérgio Cabral, inimigo político de Marcelo Freixo, dizer que "grupos políticos" patrocinam "black blocs"? E não possui um peculiar odor de ralo o doutor Jonas Tadeu Nunes, advogado dos acusados pela morte do cinegrafista Santiago Ilídio Andrade, se dar ao luxo de aconselhar agentes da lei a investigar "vereadores, deputados e diretórios regionais de partidos" para desvendar quem são os responsáveis pela violência das manifestações cariocas?

Você, meu dileto leitor, compraria uma máquina lava-louças usada do Sérgio Cabral? E o doutor Jonas, que por coincidência vem a ser representante legal de Natalino Guimarães, um dos mais poderosos milicianos de Campo Grande, você o convidaria para tomar um guaraná na esquina? Pois é, a esta altura, eu também não. Mesmo porque não uso lava-pratos. Mas veja que curioso: está assim, ó, de gente que acredita sem pestanejar nessas acusações.

Pessoal tá cansado de saber que os "black blocs" nasceram na Europa e não têm pessoas como alvo. Em São Paulo, eles só começaram a surgir depois da segunda passeata para se proteger dos tiros de borracha e do gás lacrimogêneo, alguma novidade até aí?

Mas parece que nenhum argumento ou fato serve para apaziguar os nervos de quem nutre a ideia fixa de "projeto bolivariano" em curso na América Latina, com uma miríade de partidos de esquerda no horizonte, que estariam dispostos a desestabilizar a ordem pública por alguma razão que...

Bem, eu realmente não saberia concluir o raciocínio, de tão acéfalo que é. Porque basta usar apenas um neurônio para saber que o que dispersou as manifestações não foi a violência de "black blocs" ou, sei lá, de besouros lilases gigantes ou duendes (vá entender? Essa turma não acredita no que diz Tuma Jr.?). O que dissipou os protestos foi falta de liderança, de propostas, de organização e de perseverança. Parece pouco, ora bolas? Não venham dizer que o quebra-quebra promovido por uns gatos pingados foi capaz de esvaziar o ânimo de um país inteiro, porque, se é assim, somos uns fuinhas.

Em "Raízes do Brasil", Buarque de Holanda pinça os motivos da histeria atual: "A democracia no Brasil sempre foi um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos e privilégios". As manifestações de junho só empolgaram o andar de cima pela oportunidade de ver ali uma forma de varrer "bolivarianos". Mas carnavalizaram, pessoal foi para Portillo, St. Tropez ou se perdeu em protestos sem respaldo legal ("Fora, Haddad"? Como assim?).

Sem gás, vieram as "manifestações pocket", pedia-se tudo, resultou em nada. Passados oito meses, a coisa desvirtuou. A infiltração de fato existe. Mas ela parte dos presídios, dos grupos organizados, nascida por vingança. Uma desordenzinha pré-Copa, só para azucrinar.

No Rio, porque as vans clandestinas foram proibidas de circular na orla. E, em São Paulo, pela turminha de sempre, que queima em média um ônibus ao dia, porque peruas não podem mais circular nos corredores de ônibus de locais como Jardim Ângela, Capão Redondo e Adolfo Pinheiro. Kassab proibiu e Haddad ampliou o leque da proibição. E os meninos que se sentem acolhidos pela bandidagem, porque não o foram pelo Estado, são cooptados a se "fantasiar" de "black bloc", deixando a clientela do shopping à beira de um ataque de nervos. Calma, gente!

BÁRBARA GANCIA é Jornalista e tem uma coluna nesta publicação. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2014.**

Palavras traiçoeiras (PASQUALE CIPRO NETO)

A BARBÁRIE brasileira não tem fim. Nos momentos mais agudos, sempre há quem proponha mudanças na lei com o fim de erradicar isto e aquilo, punir este ou aquele etc. É o que se vive agora, depois da tragédia que levou de nós o cinegrafista da TV Bandeirantes Santiago Ilídio Andrade. O Brasil vive de improvisos, como se o país não fosse, por si só, um caótico improviso.

Num desses discursos de ocasião, uma autoridade de um dos Estados da federação disse que "essa lei precisa vigir o mais rápido possível". Em seguida, alguém perguntou a essa autoridade se era possível "deslumbrar uma luz no fim do túnel". Ai, ai, ai... Alguns jornalistas e (pior, muito pior) muita gente do direito, da justiça etc. trocam "viger" pela inexistente forma "vigir". Uma lei não deve "vigir"; deve "viger", que é sinônimo de "vigorar", "ter vigência", "estar em vigor". Não custa lembrar que, se o infinitivo é "viger", o gerúndio é "vigendo" ("Essa lei ainda não está vigendo").

"Deslumbrar" não é sinônimo de "vislumbrar", que, ao que parece, era o verbo que o entrevistador pretendia usar ("É possível vislumbrar uma luz no fim do túnel?"). "Vislumbrar" significa "enxergar parcial, indistinta ou fracamente" ("Houaiss"); "deslumbrar" significa "ofuscar", "causar ofuscamento", "fascinar", "causar encantamento" etc.: "Visitou o Canadá e ficou deslumbrada com tudo o que viu por lá".

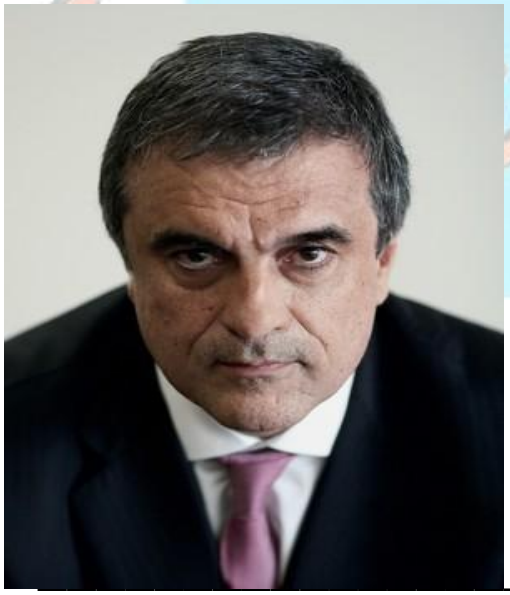
Na TV, nas conversas sobre as manifestações, a violência etc., volta e meia se ouve alguém falar em "reações feéricas", "comportamento feérico" etc. Parece que querem dizer "reações ferozes", "comportamento feroz". O adjetivo "feérico" não tem nada que ver com a selvageria ou com o mundo das feras. De origem francesa ("féerique"), a palavra "feérico" se refere ao mundo das fadas ("fée" é "fada" em francês). Como se vê, "feérico" significa "mágico", "pertencente ao mundo da fantasia", "fantástico", "fascinante". Quem nos dera fosse realmente "feérico" (e não feroz) o comportamento da parcela selvagem dos manifestantes (e também o da parcela selvagem dos policiais)!

Recentemente, um radialista de uma das nossas mais importantes emissoras falava do calor, da (falta de) chuva etc. Lá pelas tantas, disse que uma chuvinha fraca e rápida como a que caíra na tarde daquele dia não bastava. "Precisamos de uma chuva intermitente", disse ele. Salvo engano, o radialista queria dizer "chuva ininterrupta", ou seja, constante, sem interrupção, contínua. É claro que ninguém quer um temporal que dure 400 horas, mas uma chuva intermitente, isto é, uma chuva que não é contínua, que não é constante, que vai e vem, não parece ser a solução para o que se vive hoje em boa parte do país.

Outra dupla perigosa é formada por "mandado" e "mandato". O mandato (e não o "mandado") da presidente Dilma Roussef, o dos atuais governadores e o dos deputados federais terminam em 31 de dezembro deste ano. O fato é que estamos todos sujeitos a cochilos desse tipo, mas, quando eles ocorrem, o resultado quase sempre é desastroso. A solução? Precaver-se, é claro, o que significa, por exemplo, recorrer a um dicionário, quando a dúvida se manifesta. O problema é que boa parte das pessoas que tropeçam nessas palavras traiçoeiras sempre as usou com plena convicção de acerto. Aí, parece não haver nada a fazer. É isso.

PASQUALE CIPRO NETO é Professor de português desde 1975 e também colunista semanal desta publicação. É o idealizador e apresentador do programa *Nossa Língua Portuguesa*, transmitido pela Rádio Cultura (São Paulo) AM e pela TV Cultura, e do programa *Letra e Música*, transmitido pela Rádio Cultura AM. E-mail: inculta@uol.com.br. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2014.**

José Eduardo Cardozo: "Chega. É hora de dar um basta" (DIEGO ESCOSTEGUY)



O ministro da Justiça recebeu da presidente Dilma Rousseff a incumbência de acabar com a violência nas manifestações. E diz: "Temos de ser rápidos e precisos"

José Eduardo Cardozo, na quinta-feira passada. "Não há por que atirar bombas de gás e balas de borracha em situações que não exigem isso" (Foto: Celso Junior/ÉPOCA)

O MINISTRO da Justiça, José Eduardo Cardozo, é o bombeiro-geral da República. À frente da Pasta há três anos, desde o começo do governo, Cardozo é o homem convocado pela presidente Dilma Rousseff quando uma encrenca aparece em Brasília. Da caça a fugitivos da Justiça, como o petista Henrique Pizzolato, a investigações sobre cartel de trens.

Recentemente, Cardozo recebeu de Dilma o que talvez seja sua mais difícil encrenca até agora: liderar Brasília e os governos estaduais num esforço para pôr fim à violência que define os protestos em curso no país – e com urgência. Nesta entrevista exclusiva a ÉPOCA, ele adianta as medidas que são preparadas para os próximos dias.

ÉPOCA – Qual a reação do senhor ao saber da morte do cinegrafista Santiago Andrade?

José Eduardo Cardozo – Fiquei bastante chocado, como acho que todos os brasileiros ficaram. Conquistamos a democracia e a liberdade de expressão no Brasil a duras penas. Muitas pessoas lutaram por isso. Foram presas, perderam suas vidas. Esse é um valor muito caro para quem viveu o período da ditadura militar. De repente, pessoas usam a liberdade de manifestação de maneira injustificada, para depredar, atingir outras pessoas – e, para completar, até para matar. É difícil não ficar revoltado. É por isso que, nesta hora, devemos refletir com muito cuidado – e com muita racionalidade – para que a emoção não nos leve a tomar medidas indesejáveis, que não resolvam o problema, ou até que o piorem. Como governante e ministro da Justiça, tenho de buscar a melhor alternativa, seja do ponto de vista de ações políticas, legislativas ou administrativas, para impedir que episódios assim se repitam. E que protestos com episódios de violência, seja da polícia ou dos manifestantes, continuem ocorrendo. Chega. É hora de dar um basta.

ÉPOCA – Como o governo contribuirá para esse basta? Com a proximidade da Copa, ele se torna ainda mais urgente e necessário.

Cardozo – Quanto à Copa, os brasileiros e os estrangeiros que nos visitarão podem ficar tranquilos. Nosso plano de segurança é muito bem feito. Partiu de uma premissa usada em todos os países do mundo. Temos integração com o Ministério da Defesa, com diretrizes claras e respeito à hierarquia. Centros de inteligência concentrarão as decisões. As equipes, civis ou militares, estão em sintonia e em estado máximo de alerta. Isso me deixa seguro de que o plano de segurança é absolutamente correto, avançado e tranquilizador. É absolutamente natural que haja manifestações na Copa. Mas também é absolutamente natural que o Estado esteja presente nelas, para garantir tanto o livre direito à manifestação quanto a ordem pública. Não permitiremos atos de vandalismo e violência.

ÉPOCA – Como assegurar, na prática, que as manifestações ocorram sem violência, por parte de black blocs ou abusos de força policial?

Cardozo – Atuamos em várias frentes. Uma delas diz respeito à atuação policial. Em discussões com os secretários de Segurança de São Paulo (Fernando Grella) e do Rio (José Mariano Beltrame), definimos um protocolo, uma espécie de regramento comum para a atuação das polícias nessas situações. Não só para a Copa: vai valer agora. Um regramento que diga quando se podem ou não usar certas armas. Que parta do princípio da proporcionalidade. A ação policial tem de ser proporcional àquilo que é exigido dela – não pode ir além nem ficar aquém. Não se pode usar um meio mais rigoroso que o necessário para resolver o problema. Não há por que atirar bombas de gás ou balas de borracha em situações que não exigem isso. Só serão usadas em situações extremas – e para evitar o uso de armas letais. Esse regramento dará parâmetro de atuação às tropas policiais brasileiras, que ainda estão perdidas em como lidar com as manifestações. Permitirá também que a sociedade saiba como a polícia pode ou não agir em cada situação. E cobrar punição por eventuais abusos ou falhas.

ÉPOCA – Quando esse protocolo entrará em vigor?

Cardozo – O governo poderia fazer isso por portaria, mas estou discutindo com todos os secretários de Segurança Pública do país, de modo que esse protocolo receba todas as contribuições possíveis – e tenha a maior legitimidade possível. Temos urgência nisso. Teremos isso pronto em dez dias.
"Usam a liberdade de manifestação para depredar e até para matar. É revoltante"

ÉPOCA – O que mais pode ser feito?

Cardozo – Melhorar nossas leis. Nosso Código Penal é de 1940. Os problemas atuais exigem uma atualização de nossa legislação. Há alguns anos, era impensável que marginais se aproveitassem de manifestações legítimas para praticar atos violentos. Seja com que finalidade fosse. O anonimato numa manifestação também não era uma questão. Tornou-se agora. A Constituição é muito clara. Permite a liberdade de expressão, mas veda o anonimato. É preciso regulamentar isso. Não se pode recorrer ao anonimato para cometer crimes. Vários países do mundo, como França e Canadá, têm leis sobre isso. Estamos buscando elementos nas experiências bem-sucedidas de outros países e nas sugestões dos secretários de Segurança Pública.

ÉPOCA – Essas lacunas serão preenchidas por meio de um projeto de lei do Executivo?

Cardozo – Sim, pretendemos mandar um projeto ao Congresso em pouquíssimos dias. Ele poderá conter outras propostas. Avaliamos, por exemplo, fazer como em outros países, em que a polícia tem a prerrogativa de deter um manifestante que esteja portando armas brancas, como paus ou pedras, ao menos até que o protesto se encerre. Haverá também uma parte que tratará do agravamento de penas. Talvez seja correto aumentar a punição ao indivíduo que, numa manifestação, deprede o patrimônio dos outros – e, pior, fira ou mate pessoas. O que não podemos fazer neste momento, porém, é cair no extremo oposto, no exagero.

ÉPOCA – Como trazer o terrorismo ao debate...

Cardozo – Isso. Parece incorreto qualificar de terrorismo os crimes nas manifestações. A Lei de Terrorismo é necessária e está em discussão, mas não se aplica ao problema que enfrentamos. Não podemos reagir passionalmente agora.

ÉPOCA – O senhor tem convicção de que terá o apoio do Congresso para aprovar essas medidas?

Cardozo – Estamos buscando o diálogo para que isso aconteça. Temos de ser rápidos e precisos. Com racionalidade na discussão, mas com pressa, porque o Brasil tem pressa.

ÉPOCA – Nas medidas em discussão para os próximos dias, haverá propostas para garantir que os jornalistas possam fazer seu trabalho nessas manifestações?

Cardozo – Os números mostram que os jornalistas brasileiros trabalham sob um clima de perigo físico inaceitável. Jornalistas são assassinados no Brasil apenas por fazer seu trabalho. Esse lamentável episódio com o cinegrafista da TV Bandeirantes mostra a gravidade da situação. Todos sabemos – ou deveríamos saber – que a liberdade de imprensa é fundamental para nossa democracia. É inaceitável que um jornalista seja tolhido ou ameaçado no exercício de sua função, como tem sido o caso nas manifestações. O Estado tem de garantir ao jornalista condições para que ele faça seu trabalho em segurança. Temos de ter uma política de Estado para isso.

ÉPOCA – Como o governo federal pode garantir a segurança dos jornalistas se, ao mesmo tempo, patrocina blogs e sites que, a pretexto de reforçar a pluralidade de opiniões, se dedicam a achincalhar jornalistas, procuradores, ministros do Supremo, políticos da oposição? Não é contraditório financiar esse discurso do ódio?

Cardozo – Não entrarei em detalhes sobre esses patrocínios, mas posso registrar que a cultura da intolerância é algo muito forte na sociedade brasileira. Percebe-se que a circulação de informação na internet, ao mesmo tempo que permite o acesso a um sem-número de fatos e opiniões, permite também a propagação do que você chama de discurso do ódio, da intolerância e do desprezo em relação ao outro. Como lidar com isso? A questão-chave é a definição do limite. Num Estado constitucional, há limites para o poder e para os direitos das pessoas. Como disse Montesquieu, todo homem que tem poder tende a dele abusar. É muito difícil, porém, precisar na internet o limite desse direito à livre expressão. Dificilmente se consegue resolver isso por atos governamentais.

ÉPOCA – Proibir o anonimato de opiniões na internet, como nos protestos, não seria uma opção em acordo com a Constituição? Afinal, os mascarados nas ruas tiram suas ideias de algum lugar, e não parece ser da leitura dos clássicos...

Cardozo – O governo e a sociedade precisam enfrentar isso. Mas não podemos cair no erro de reagir de modo intolerante à própria intolerância. Isso só leva à polarização, à radicalização e à violência. Precisamente o que muitos desses atores na internet desejam.

DIEGO ESCOSTEGUY é Jornalista e escreve para esta publicação. **Revista ÉPOCA, Fevereiro de 2014.**

Tragédia desnecessária (FERREIRA GULLAR)

A MORTE de Eduardo Coutinho chocou o país e particularmente os seus amigos. Morrer assassinado era a última coisa que alguém poderia prever que ocorresse com ele. Por isso mesmo, ao chegar em casa e ver seu rosto na televisão, me detive pensando que se tratava de alguma notícia relacionada com sua atividade de cineasta. Não era, logo ouvi o locutor dizer que ele havia morrido, e fiquei surpreso. E logo acrescentou que havia sido morto por seu filho Daniel, de 41 anos.

Não dava para acreditar naquilo, era absurdo demais. Não obstante, aos poucos, aquele quadro trágico ia se completando e ganhando realidade. O filho era doente mental e consumia drogas. Matara o pai a facadas e tentara fazer o mesmo com a mãe; em seguida, esfaqueou-se a si mesmo, mas não morreu. Teria declarado a um vizinho que fizera aquilo para libertar os pais e a si mesmo. Sem dúvida, é preciso estar louco e surtado para pensar e agir dessa maneira. Depois de saber essas coisas, não restava dúvida: Daniel agira tomado por um surto esquizofrênico.

Não sabia que Eduardo Coutinho tinha um filho com esse problema. Segundo ouvir dizer, parece que ele não admitia que o filho fosse doente mental e, se isso for verdade, certamente evitava tratá-lo com tal. Pode não ser verdade mas, se for, não seria o único caso de uma família não admitir que algum de seus membros seja louco. Conheci uma família que manteve trancado num quarto, por mais de uma década, um filho com problemas psíquicos.

Esse tipo de comportamento decorre quase sempre de uma visão preconceituosa da doença mental, como se sua incidência na família fosse uma espécie de maldição. Era assim no passado. Hoje, no entanto, são pessoas avançadas que negam a existência da doença mental. Segundo elas, trata-se apenas de um relacionamento diferente com o mundo real. Admitir que alguém é louco seria nada mais nada menos que um preconceito.

Certamente, quem pensa assim nunca viveu de fato o problema. Como pega bem mostrar-se avançado, aberto, antirrepressivo, muita gente não apenas nega que a loucura seja doença como, coerentemente, se opõe à internação nos

chamados "manicômios". Criaram até um movimento que se intitula "antimanicomial", que visa, de fato, acabar com as clínicas psiquiátricas, uma vez que o que se chama de manicômio não existe mais.

É verdade que, no passado, a internação nesses hospitais implicava em agressão física e choques elétricos, mas não por simples crueldade e, sim, pelo desconhecimento das causas da doença e de medicamentos apropriados. Com a descoberta dos remédios neuroléticos, os hospitais psiquiátricos mudaram radicalmente. Hoje, muitas dessas clínicas possuem campos de esporte e salas de leitura e de jogos. Já não lembram em nada os hospícios de antigamente, que mais pareciam prisões.

Os adeptos da nova psiquiatria fazem por ignorar essa mudança para justificar sua tese contra a internação. Essa tese surgiu em Bolonha, onde foi implantada com resultados desastrosos: os doentes pobres terminavam nas ruas como mendigos. Isso já começa a acontecer no Brasil que, tendo adotado a tal nova psiquiatria, levou à extinção de mais de 30 mil leitos em hospitais públicos. Quem tem recursos interna seus doentes em clínicas particulares, enquanto os doentes pobres morrem na rua. E isso é obra de um governo que diz trabalhar em favor dos necessitados.

Tive oportunidade de conversar com pessoas que se opõem à internação de doentes mentais e me dei conta de que nada sabem da doença e aceitam a nova psiquiatria por acreditarem que favorece aos doentes. Na verdade, a internação só tem cabimento quando o doente entra em surto e consequentemente torna-se um perigo para si mesmo e para os outros. Foi o que aconteceu no caso de Eduardo Coutinho.

Desconheço a situação por que passava sua família naquele momento, mas não resta dúvida de que o filho Daniel, que é esquizofrênico, entrou em surto. Não sei por que os pais não solicitaram atendimento médico para interná-lo, mas não tenho dúvida de que, se o tivessem feito, aquela tragédia dificilmente teria ocorrido. Espero que esse exemplo terrível leve as pessoas refletirem melhor sobre essa questão.

FERREIRA GULLAR é escritor. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2014.**

O que é a lei do terrorismo? (DIOGO ANTÔNIO RODRIGUES)

MANIFESTAÇÃO DE CINEGRAFISTAS EM HOMENAGEM A SANTIAGO ANDRADE, EM SÃO PAULO (FOTO: AGÊNCIA O GLOBO)

SANTIAGO Andrade, cinegrafista da TV Bandeirantes, foi atingido por um rojão durante um protesto no Rio, no dia 6/2. A história ainda está confusa, mas sabe-se que a responsabilidade é de um dos manifestantes, talvez de dois. Além de uma grande comoção nacional, a morte de Andrade, no dia 10/2, teve uma consquência inesperada.

Um projeto de lei de autoria de Romero Jucá que define o que é terrorismo, provavelmente será votado nos próximos dias no Senado. Essa discussão voltou à tona após o episódio com o cinegrafista e está causando debates intensos de quem é a favor e quem é contra. Ela prevê penas de 15 a 40 anos de prisão e traz uma definição genérica do que é terrorismo.

Para começar, a própria Constituição Brasileira define que terrorismo é crime. No artigo 4o, inciso VII, a Carta manifesta "repúdio" a esse tipo de ação. Ainda não existia, porém, uma lei que especificasse como deve ser punido o terrorismo, o que chamam de "tipificação". Alguns projetos de lei foram propostos, mas nunca foram aprovados. Por isso, a questão continua indefinida.

Os críticos dessa ideia argumentam não ser necessário incluir uma definição do terrorismo em nossa lei, porque já temos outros dispositivos no Código Penal capazes de lidar com um possível ataque. Lesão corporal, homicídio, formação de quadrilha etc. Também dizem que nenhum país ainda conseguiu chegar a uma definição convicente de "terrorismo". O risco é transforma movimentos sociais, grupos que protestam, em criminosos. Isso é um risco à liberdade política e de expressão.

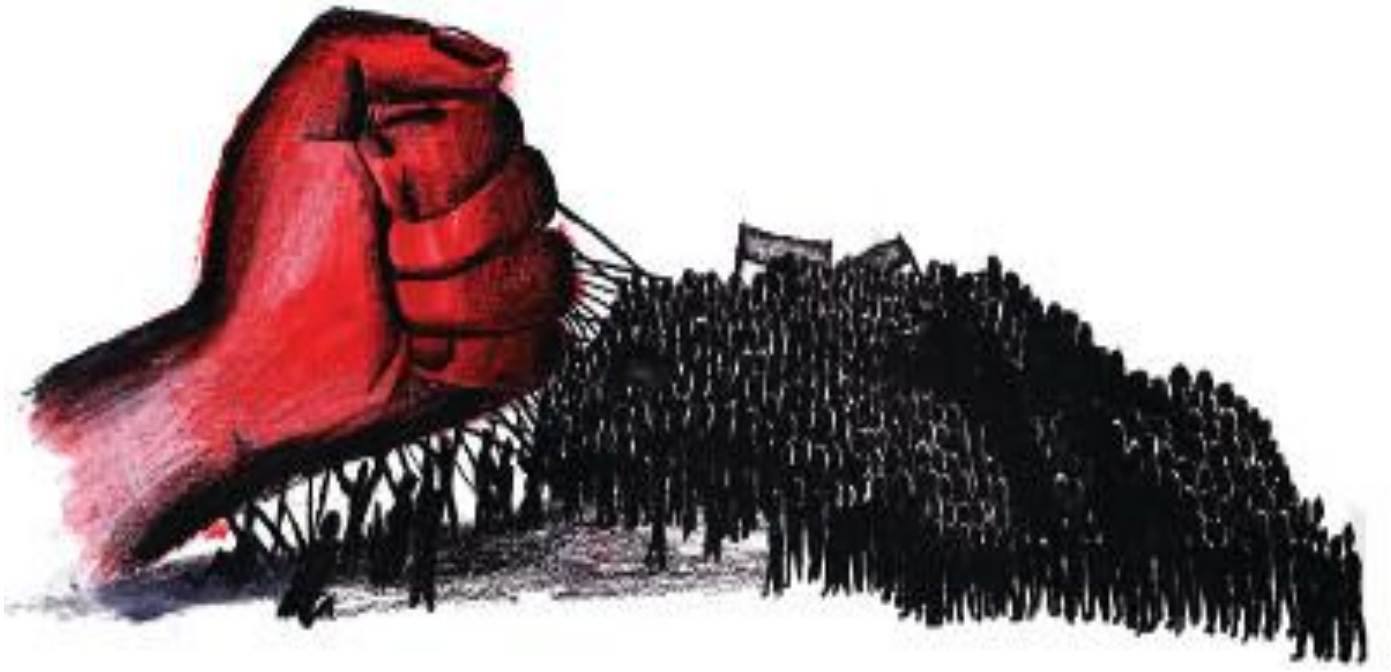
A comunidade internacional pressiona o Brasil para que uma lei de terrorismo seja aprovada logo, especialmente com a proximidade da Copa do Mundo e das Olimpíadas.

Para tentar contornar esse problema, o governo está tentando incluir no novo Código Penal um definição de terrorismo que exclua movimentos sociais e políticos, para garantir a liberdade de manifestação. É fato que a morte de Santiago Andrade é um fato gravíssimo. Mas ela não pode ser justificativa para uma cruzada desesperada que resulte na perda das liberdades individuais. A frase de Benjamin Franklin é batida, mas apropriada: "Aqueles que abrem mão da liberdade para conseguir um pouco de segurança temporária, não merecem liberdade tampouco segurança".

DIOGO ANTÔNIO RODRIGUES é Jornalista e escreve para esta publicação. **Revista GALILEU, Fevereiro de 2014.**

A Primavera Árabe ainda não disse sua última palavra (HICHAM BEM ABDALLAH EL ALAOUÍ)

Três anos após o início do movimento que derrubou presidentes, a contestação no mundo árabe, ameaçada pelas ingerências externas e pelas divisões confessionais, procura um novo fôlego. Se a Síria vive o pior dos cenários, a Tunísia confirma que o desejo por cidadania pode desembocar em um progresso real



EM SEUS primórdios, a Primavera Árabe deitou por terra os preconceitos ocidentais. Ela colocou em maus lençóis os clichês orientalistas sobre a incapacidade congênita dos árabes de conceber um sistema democrático e abalou a crença segundo a qual eles não mereceriam nada melhor do que ser governados por déspotas. Três anos depois, as incertezas permanecem intactas quanto ao desfecho do processo, que entra em sua quarta fase.

Na primeira etapa, concluída em 2011, teve início uma onda gigantesca de reivindicações relativas à dignidade e à cidadania, alimentada por protestos intensos e espontâneos. A etapa seguinte, em 2012, marcou um momento em que as lutas se voltaram para si mesmas, para o contexto local e para o ajustamento delas à herança histórica de cada país. Simultaneamente, forças externas começaram a reorientar esses conflitos para direções mais perigosas, levando os povos à situação que conhecem hoje.

No ano passado, assistiu-se a uma terceira fase, marcada pela internacionalização e pela ingerência cada vez mais agressiva das potências regionais e ocidentais. O foco sobre as rivalidades entre sunitas e xiitas se generalizou por todo o Oriente Médio, pressionando cada Estado e cada sociedade a se polarizar sobre o eixo das identidades religiosas. O antagonismo entre o islamismo e o secularismo se cristalizou em grande escala. O perigo advém do fato de que as rivalidades geopolíticas e as tensões religiosas se sobrepõem às especificidades de cada país e parecem reduzir os atores locais a simples fantoches nas mãos das potências estrangeiras.

A comparação entre a Síria, o Bahrein, o Egito e a Tunísia revela um espectro multicor de influências internacionais. Nos dois primeiros países, as intervenções externas, em particular as sauditas, precipitaram a guerra civil e exaltaram as facções mais radicais dos revoltosos. No Egito, o apoio ocidental à política autoritária do novo regime esmagou as motivações democráticas iniciais. Apenas a Tunísia parece engajada num caminho promissor, à medida que permanece relativamente poupada dos confrontos geopolíticos, religiosos e ideológicos que varreram a região. Entretanto, em cada um desses países, a Primavera Árabe deixou a marca indelével de uma mobilização popular na qual os cidadãos tomaram consciência de sua força. Ela abriu espaços de contestação que o Estado não pode mais fechar a não ser pagando o preço de uma repressão politicamente dispendiosa. Seja qual for a incerteza do futuro, a condução dos assuntos com mão de ferro que prevalecia anteriormente desapareceu por completo.

Na Síria, a guerra nasceu de um movimento de desobediência civil rapidamente transformado em levante popular de grande envergadura. A reação brutal do regime aos primeiros alertas não conseguiu intimidar os manifestantes, mas deflagrou um ciclo devastador de protestos e repressão. Se o aparato militar do presidente Bashar al-Assad rapidamente aniquilou a esperança de uma revolução pacífica, foram os cálculos geopolíticos e as questões religiosas que nela se intrometeram mais tarde que precipitaram a insurreição numa guerra civil abominável: até hoje, 120 mil mortos, 2,5 milhões de refugiados e 4 milhões de pessoas que tiveram de deixar seu lar.

Desde sempre, a Síria se caracterizou pela diversidade de suas tradições religiosas e comunitárias. Ao explorar as tensões internas, as potências externas detonaram esse frágil mosaico. O país se reveste de uma importância capital em uma região onde se entrechocam os interesses dos Estados Unidos, de Israel, da Arábia Saudita, do Catar, da Jordânia, da Turquia e do Irã. A divisão ancestral dessa parte do mundo entre as duas correntes rivais islâmicas, a sunita e a xiita, serviu de alavanca para esses Estados desejosos de tentar ampliar sua influência.

O clã dos alauitas, que compõe o regime de Al-Assad, é considerado parte de um arco xiita que se estende do Irã ao Líbano do Hezbollah, ao passo que os grupos de rebeldes pertencem, na maioria, ao lado sunita. Contudo, tais filiações recobrem um tabuleiro bem mais diversificado. De modo muito semelhante aos afegãos *mujahedins* da década de 1980, a oposição síria se ressente gravemente de coesão. Seus representantes no exterior conhecem mal ou ignoram por completo os grupos armados que lutam no território. Estes vão buscar apoio em outra parte: ao norte do país, eles contam em geral com a ajuda da Turquia e do Catar, enquanto ao sul recebem armamento e assistência da Jordânia, da Arábia Saudita e dos Estados Unidos.

Essas imbricações geopolíticas dão lugar a paradoxos que contradizem uma leitura estritamente religiosa do conflito. Riad festejou o golpe de Estado militar no Egito contra a Irmandade Muçulmana, que é, entretanto, de mesma obediência que os grupos que ela arma no *front* sírio. O recente degelo entre Washington e Teerã relativiza de igual forma a visão simplista veiculada com frequência pelas mídias internacionais: Israel e Arábia Saudita se julgam abandonados por Washington perante Teerã e se veem repentinamente como aliados de fato.

A cisão entre forças não religiosas e islâmicas pesa igualmente. Se o Exército Livre da Síria (ELS) reivindica sua origem secular, a maior parte dos outros grupos compõe um mosaico religioso que vai dos islâmicos moderados até os jihadistas ligados à Al-Qaeda, passando pelos salafistas. Torna-se difícil, por conseguinte, avaliar em que medida as facções mais radicais, como a Ahrar al-Cham e o Estado Islâmico do Iraque e do Levante (EIIL), manifestam uma legítima convicção religiosa ou utilizam sua bandeira para fins mais prosaicos. Por fim, tal fragmentação, fonte de discórdias crescentes, abriu um segundo *front* no próprio seio do campo rebelde, conforme demonstram os combates mortais entre o ELS e o EIIL no norte da Síria, no início de janeiro. Essa dispersão da guerra civil não é estranha à sobrevivência do regime de Al-Assad.

O conflito sírio é muitas vezes apresentado em termos de uma mecânica simples: quando o poder se enfraquece, a oposição se fortalece, e vice-versa. É esquecer que dinheiro e armas não são tudo numa guerra e que é preciso também um contingente humano. Nessas condições, a penúria ameaça constantemente o regime de Damasco. O reforço dos exércitos Al-Qods do Irã, das unidades do Hezbollah libanês e das milícias locais (*chahibas*) é, assim, vital à preservação do poderio militar. Com o recurso às armas químicas não sendo mais uma opção, o poder depende mais do que nunca desses reforços externos.

A Irmandade Muçulmana desmistificada

A principal fonte de preocupação é a nova radicalização da oposição síria e do regime. O Front Al-Nosra e o EIIL, que dizem pertencer à Al-Qaeda, se beneficiam largamente da ajuda proveniente do Golfo. A Arábia Saudita também conquistou sua ingerência sustentando grupos não filiados ao movimento terrorista fundado por Osama bin Laden, perturbando assim a relação de forças no cerne da oposição. Por sua vez, o Exército regular da Síria sofreu profundas modificações. Desde a batalha de Al-Qusayr, em abril de 2013, as brigadas Al-Qods e o Hezbollah redefiniram o contingente em pequenas unidades móveis organizadas como milícias.

Por todas essas razões, as potências estrangeiras pouco se preocupam em fazer cessar o conflito. Os Estados Unidos não podem se permitir entrar numa nova guerra e se acomodam ao ver sua hegemonia bater em retirada no Oriente Médio. Desde então, sua estratégia consiste em privilegiar a Ásia. Dentro da lógica conservadora norte-americana, Washington só tem a ganhar com a deterioração da questão síria: conforme apontado por Edward Luttwak no *New York Times*,[1] a sabedoria ordena que se deixe os combatentes se matar uns aos outros tanto quanto possível, já que o triunfo de uma oposição dominada pelos islâmicos seria tão nefasta aos interesses ocidentais quanto a vitória do clã de Al-Assad. Já o aliado saudita veria com bons olhos o colapso do regime de Damasco e poderia se contentar com um país fragmentado, à beira do caos, que cortaria o eixo xiita que liga Líbano e Irã. Uma Síria ingovernável também poderia contentar Teerã e Moscou, arriscando deixar um membro da família Al-Assad reduzido ao papel de fantoche instalar-se em seu palácio de Damasco, como o fez, por algum tempo, seu homólogo afegão.

Uma paz a curto prazo parece, portanto, muito improvável. Se os autores das atrocidades cometidas sobre o território devem responder por seus atos, as potências estrangeiras que fomentam tais violências assumem uma grande parcela de responsabilidade. A guerra civil tornou-se tão assustadora que poucos ainda se recordam dos cortejos dos estágios iniciais, quando o povo reclamava simplesmente o direito à dignidade e à cidadania. Nesse quadro trágico, esse aspecto talvez seja o mais triste.

No Bahrein também as potências estrangeiras demonstram sua aptidão para exacerbar as tensões locais, porém de uma forma bem diferente da Síria. As primeiras manifestações nessa pequena ilha do Golfo traduziam um desejo de democracia amplamente compartilhado: estima-se que, no seu auge, elas mobilizaram quase um quinto da população. Se a intervenção militar do Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo (CCG)[2] rapidamente cortou no nascedouro tal aspiração coletiva, o fracasso do movimento se explica também e talvez principalmente pela irrupção da geopolítica e das palavras de ordem religiosas.

Enquanto na Síria um poder alauita enfrenta uma população majoritariamente sunita, o Bahrein é uma monarquia sunita povoada majoritariamente por xiitas. Daí por que os respectivos interesses das duas potências rivais da região, o Irã e a Arábia Saudita, ali se entrechocam violentamente. Em razão da proximidade geográfica, Riad exerce sobre seu vizinho um direito de vigilância particularmente intrusivo. Apoiada pelo Ocidente, a intervenção das tropas da CCG respondia de forma explícita à intenção de Riad de manter o Bahrein dentro de sua zona de influência.

A princípio, xiitas e sunitas marchavam lado a lado, sobre uma linha única de reivindicação democrática. Foi somente quando os sauditas wahabitas começaram a trabalhar no aspecto religioso que este, pouco a pouco, rechaçou os objetivos políticos. Entretanto, essa captação da dinâmica local por interesses externos colocou em destaque a fragilidade do regime. Sem a injeção financeira, militar e política dos Estados do Golfo, a dinastia Al-Khalifa não disporia dos meios nem da legitimidade necessários para se manter no poder. Sua sobrevivência só depende agora de seus protetores estrangeiros.

A internacionalização do conflito destruiu uma chance histórica de ver a sociedade do Bahrein resolver suas velhas tensões religiosas pelo diálogo democrático. Enquanto as mesmas causas desencadearam a explosão da Síria, no Bahrein elas mantêm sob respiração artificial um regime autocrático vergonhoso. Diferentemente da Síria e do Bahrein, o Egito é um país forte e autônomo o suficiente para enfrentar as pressões externas. As grandes potências estrangeiras não estão menos intimamente ligadas ao drama político que ali se encena. Em julho de 2013, um golpe de Estado militar derrubou o governo depreciado, porém legítimo, da Irmandade Muçulmana. Em qualquer outro lugar, uma ruptura tão brutal do processo democrático teria provocado uma indignação mundial. No Egito, entretanto, ela obteve a aprovação das chancelarias ocidentais. Os Estados Unidos e seus aliados europeus, mas também a Arábia Saudita e seus vizinhos do Golfo, assim como a Jordânia e Israel, acomodaram-se diante do golpe de força militar, que os livrava de um Mohamed Morsi democraticamente eleito, mas tido como incontrolável.

Tão logo o novo regime se estabeleceu, a Arábia Saudita, os Emirados Árabes Unidos e o Kuwait se apressaram em lhe fornecer uma ajuda econômica de US$ 12 bilhões, ou seja, nove vezes o US$ 1,3 bilhão anual de assistência militar norte-americana. A escolha de Riad se explica pelo menos por duas razões: de um lado, a desconfiança de longa data do regime wahabita em relação à Irmandade Muçulmana; de outro, o medo de que o exemplo da jovem democracia egípcia se transformasse num caldeirão de óleo fervente e estimulasse seus próprios protagonistas a contestar o reino do clã Saud.

O fato de o Ocidente ter dado sua bênção ao golpe de Estado militar não aumentou seu prestígio no seio da população egípcia, escaldada pela mensagem implícita segundo a qual uma democracia só é aceitável se coloca no poder os candidatos investidos pelas potências estrangeiras. A ironia da história é que, ao voltar as costas à Irmandade Muçulmana, Washington e seus aliados sabotaram por sua própria conta o projeto árabe-ocidental de um bloco sunita coerente suscetível de conter a influência iraniana, provocando ao mesmo tempo uma insólita convergência das políticas estrangeiras saudita e israelense.

É verdade que o golpe de Estado do general Abdel Fattah al-Sissi resultou também de uma situação econômica desastrosa e da impopularidade crescente de Morsi. Mesmo seus eleitores tinham perdido a confiança na capacidade do governo de responder aos problemas do desemprego e da corrupção. As ambições hegemônicas da Irmandade Muçulmana, que se recusava a dividir uma mínima parcela do poder, precipitaram seu descrédito. Elas também entraram em choque com a resistência no aparelho de Estado, composto por policiais, juízes e *fulus*(dignitários do antigo regime) visceralmente hostis à confraria. Esse "Estado profundo" não perdeua ocasião de emergir até a superfície. Uma tarefa ainda mais fácil pelo fato de que a Irmandade Muçulmana, ao colocar de escanteio juízes, governadores e notáveis para impor seus próprios homens no seio do aparelho de Estado, também estava afastando seus aliados potenciais no seio da Igreja e dos salafistas.

O raio que se abateu sobre eles significa igualmente o fim da aura de invencibilidade que rodeava outrora o islamismo. A confraria não era um grupo revolucionário nem o ramo local de qualquer frente terrorista internacional, mas sim uma organização sobretudo conservadora que defendia a piedade religiosa, o liberalismo econômico e a caridade em relação aos mais pobres. Ela não se arrogava nenhum monopólio sobre o islã e não mantinha nenhuma ligação com os salafistas, tampouco com os teólogos do Al-Azhar.[3]Seus adeptos vivem hoje na prisão ou na clandestinidade. Mais prudentes, ou mais hábeis, os salafistas do partido Nour manifestaram seu pragmatismo demonstrando submissão ao regime militar. No fim das contas, a esfera islâmica diversificou-se e fragmentou-se ao mesmo tempo, fazendo emergir novas figuras fora dos círculos escolásticos e políticos tradicionais.

Prestar contas ao povo

Durante sua breve passagem pelo poder, a Irmandade Muçulmana evitou impor uma islamização forçada à sociedade. Seu objetivo consistia mais em consolidar sua dominação política no terreno institucional. Foi apenas por um acaso que, quando do golpe de Estado, o governo Morsi defendeu-se fazendo referência ao argumento da legitimidade (*chara'iya*) em vez de recorrer à lei islâmica (charia). Em relação a isso, o medo ocidental de ver a Primavera Árabe eclodir num contágio islâmico no Oriente Médio parecia não ter muita consistência.

No próprio Egito, o golpe de Estado militar recebeu a bênção do movimento dos jovens Tamarrod, da Igreja Copta e das formações leigas liberais. O liberalismo reivindicado por estas últimas não incluía explicitamente a defesa do pluralismo político, o qual se mostra incompatível com a exclusão da Irmandade Muçulmana. Desde então, o pluralismo podia desaparecer totalmente. A censura imposta pelo novo regime militar revelou-se mais implacável que aquela que reinava sob a presidência de Hosni Mubarak. Não somente a Irmandade Muçulmana foi riscada do mapa com uma brutalidade inédita desde a era do presidente Gamal Abdel Nasser, como seu banimento foi acompanhado de uma campanha nacionalista e xenófoba que associava seus militantes à imagem de inimigos públicos a serviço do estrangeiro. Consequência inesperada da revolução egípcia, uma presidência autocrática transformou-se em uma ditadura militar que recorre à lei marcial e à violência legal. As eleições não foram suprimidas, mas se desenvolvem sob um controle estrito.

Por causa da proibição da Irmandade Muçulmana e da atomização de todas as forças políticas do país, o Exército se impôs naturalmente. Ele não vai deixar o poder por iniciativa própria, pelo menos enquanto contar com a cumplicidade das potências ocidentais e dos países do Golfo, e enquanto se considerar o suporte da sociedade.

O Egito não é presa das tensões étnicas e religiosas que minam alguns de seus vizinhos; a hipótese de um conflito aberto parece, portanto, descartada. Não é menos verdade que os militares não podem se contentar em restaurar a antiga ordem. O custo de uma repressão maciça tornou-se politicamente exorbitante, e os egípcios tomaram gosto pela força das mobilizações de massa. O fosso entre o islamismo e o poder secular também se arrisca a crescer mais. Alguns membros da Irmandade Muçulmana poderiam ser tentados a pegar em armas.

Mas a principal novidade é a exigência cada vez maior, no seio da população, de uma prestação de contas. Mesmo quando do golpe de Estado de julho de 2013, os militares tiveram de justificar sua ação, depois que uma iniciativa democrática organizada por grupos de cidadãos exprimiu alto e bom som suas inquietudes. O regime está agora diante de uma escolha delicada: ele vai ressuscitar o sistema de Mubarak, com um general Al-Sissi passando do *kaki* para o terno e gravata, ou vai preferir o modelo argelino, em que os civis têm sua chance de se expressar, mas deixam aos militares o direito de veto sobre temas importantes?

Em comparação, a transição tunisiana pareceria quase um caminho fácil de percorrer. Conduzida por atores locais aparentemente desejosos por estabilidade e pelo respeito às regras democráticas, ela foi em grande parte poupada pelas manipulações externas. Isso se explica sobretudo por sua geografia: ainda que vigiada de perto pela ex-potência colonial francesa, a Tunísia raramente serviu de teatro para as disputas geopolíticas dos interesses estrangeiros. Sua população é relativamente homogênea no plano religioso. O pomo da discórdia mais notável, desde a queda do presidente Zine al-Abidine ben Ali, é a luta fratricida à qual se dedicam os islâmicos e os leigos.

O partido Ennahda, de inspiração islâmica, ganhou as primeiras eleições livres, mas cometeu o mesmo erro da Irmandade Muçulmana: interpretou o mandato recebido como uma porta para o poder absoluto. Rapidamente a situação política se deteriorou, com o assassinato de vários opositores de esquerda e o aumento potencial dos grupos salafistas, violentamente hostis ao pluralismo eleitoral. Suas ameaças jogaram um jato de água fria na população, pouco habituada a um clima como esse.

Na Tunísia, nenhum setor pode pretender a hegemonia, e o Ennahda formou uma coalizão com dois partidos leigos. Os movimentos liberais e progressistas acabaram aceitando o diálogo nacional proposto pelo governo e trabalhando com os

islâmicos – com exceção dos mais radicais, em especial os salafistas. Todos os partidos do tabuleiro eleitoral concordaram que o risco de uma espiral de violência política não poderia mais ser ignorado. Além disso, a divisão entre religiosos e leigos revelou-se menos insuperável que o previsto. Poucas coisas diferenciam afinal os islâmicos moderados de seus rivais leigos, já que estes últimos reconhecem com mais boa vontade a importância da religião em qualquer novo sistema político.

Mas foi sobretudo a turbulenta sociedade civil que reativou o calendário da transição democrática. A União Geral Tunisiana do Trabalho (UGTT), a organização patronal União Tunisiana da Indústria, do Comércio e do Artesanato (Utica), a Ordem dos Advogados e a Liga Tunisiana dos Direitos do Homem tiveram voz durante o diálogo nacional. Elas fixaram novos objetivos para o governo e pediram a ratificação da Constituição.

Já o Exército tem um peso nitidamente menor que no Egito: pouco numeroso em efetivos e despolitizado, ele permanece nos quartéis desde 2011. O antigo regime de Ben Ali era um Estado policial, não uma ditadura militar. Seu governo tecnocrático e cleptomaníaco poderia muito bem dispensar uma base ideológica. É por isso que a revolução tunisiana aposentou as elites do antigo partido único, deixando intactas a burocracia e as forças de polícia, que não eram ideologicamente conectadas ao regime. A preservação dessa ossatura contribuiu para manter uma relativa estabilidade da ordem legal. Além disso, a antiga autocracia tinha montado uma robusta estrutura de instituições e leis, que certamente pouco havia servido durante os dez últimos anos da era Ben Ali, mas que pode hoje se mostrar útil para construir um sistema democrático funcional. Precisamente porque o nepotismo de outrora era desprovido de qualquer ideologia suscetível de reaparecer, a restauração de um Estado autoritário parece pouco verossímil.

A Tunísia tem a oportunidade de responder às suas incertezas por seus próprios meios, sem se preocupar com a boa vontade alheia. As potências mundiais e regionais desempenharam um papel negligenciável na transição em curso. Washington não colocou seu veto à entrada do Ennahda no governo nem favoreceu este ou aquele candidato. Os países petrolíferos do Golfo se abstiveram de afundar seus favoritos sob toneladas de dinheiro. A França se limita a uma neutralidade circunspecta, com sua imagem permanecendo maculada pelo indefectível apoio que deu a Ben Ali até o último segundo de seu reinado. Em caso de sucesso, a experiência tunisiana seria recebida como um sinal de esperança em toda a região, e talvez além dela.

Sujeitos transformados em cidadãos

Agora que a Primavera Árabe entra em seu quarto ano, é preciso atentar para uma busca de ingerências nos conflitos locais e uma ampliação de seus efeitos deletérios. As linhas de frente geopolíticas, religiosas e ideológicas abalam hoje todo o Oriente Médio. É apenas renunciando a se imiscuir nas revoluções que o mundo exterior pode ajudá-las a renascer.

É possível, no entanto, destacar algumas tendências mais precisas para o ano que se inicia. Para começar, as monarquias do Golfo se arriscam a se intrometer ainda mais nos assuntos de seus vizinhos árabes. A renda vinda do petróleo lhes permite comprar uma influência decisiva sobre países mais favorecidos como o Egito, o Marrocos e a Jordânia, onde suas ajudas ultrapassam as do bloco ocidental.

Em seguida, é preciso sublinhar a importância dos pactos concluídos em período de transição nacional. Em outros contextos de democratização, como a América Latina, os pactos de acomodação entre forças rivais foram profundamente institucionalizados e aceitos por todos. No Oriente Médio, em contrapartida, a lógica de divisão prevalece sobre a busca do compromisso, de sorte que as frações se debatem pelo poder em lugar de partilhá-lo.

Em terceiro lugar, a fraqueza das instituições locais, aliada às intervenções mal pensadas de potências estrangeiras, forneceu munição aos sabotadores do processo democrático. Os salafistas tunisianos e os falsos liberais egípcios são personagens de segundo plano que não têm nada a perder ao quebrar compromissos negociados com dificuldade. Eles ganham em importância à medida que as instituições vão se erodindo e que os interesses em jogo crescem. Tais fenômenos são com frequência a marca de países em falência que não têm os meios de deter o círculo vicioso do dilema securitário. No Iêmen e no Líbano, vários grupos preferem pegar em armas a recorrer a um Estado incapaz de protegê-los, meio pelo qual o enfraquecem um pouco mais.

O último ponto, mais positivo, tem a ver com a cidadania. Os povos árabes não se percebem mais como massas de pessoas, mas como forças cidadãs que merecem o respeito e a palavra. Se uma nova sublevação surgisse algum dia, ela seria sem dúvida ao mesmo tempo mais espontânea, mais explosiva e mais duradoura. Os cidadãos árabes foram testemunha das soluções extremas às quais seus governos estão prestes a recorrer para se manter no poder. Os regimes coercitivos também conhecem bem a determinação das massas em "se livrar deles". A Primavera Árabe não deu ainda sua última palavra.

1 Edward Luttwak, "In Syria, America loses if either side wins" [Na Síria, os Estados Unidos perdem seja qual for o lado vencedor], *The New York Times*, 24 ago. 2013.
2 Seus seis membros são Arábia Saudita, Bahrein, Emirados Árabes Unidos, Kuwait, Catar e Omã.
3 Instituição principal do islamismo sunita com sede no Cairo.

HICHAM BEM ABDALLAH EL ALAOUÍ é primo do rei do Marrocos, Mohammed VI, e pesquisador visitante do Center on Democracy, Development en the Rule of Laz, da Universidade de Stanford, Estados Unidos. Ilustração: Mariana Zanetti. **Revista LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, Fevereiro de 2014.**